



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2013**

Nome/Razão Social: _____			
CPF/CNPJ: _____		Endereço: _____	
_____		Nº _____	
Bairro _____	CEP: _____	CIDADE _____	UF _____
E-mail: _____			
Telefone: _____			
Pessoa para Contato: _____			
Recebemos, por meio do acesso à página www.al.mt.gov.br nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.			
Local: _____, _____ de _____ de _____.			
_____ Assinatura			

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e esse licitante, solicito preencher o recibo de retirada do Edital e remeter à Superintendência do GEL/ALMT por meio do fax (065) 3313-6410 e do endereço eletrônico: sgel@al.mt.gov.br.

A não remessa do recibo de retirada, no fax e endereço eletrônico acima, nos exime da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

AGENOR FRANCISCO BOMBASSARO
Superintendente do GEL/ALMT



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 005/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL (CRECHE) NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2013

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL (CRECHE) NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Data: 20/03/2014 às 09h00min – Fuso Horário de – MT.

LOCAL: AUDITÓRIO DEPUTADO LICÍNIO MONTEIRO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO – EDIFÍCIO GOV. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - AVENIDA ANDRÉ ANTONIO MAGGI, S/N, LOTE 06, SETOR A, CPA, CEP: 78.049-901- CUIABÁ/MT.

INFORMAÇÕES:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – TELEFONES: (65) 3313 6222 / 3313 6769

HORÁRIO: Segunda-feira a quinta-feira: 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, Sexta-feira: 09h00min as 11h00min

PRESIDENTE DA CPL: Agenor Francisco Bombassaro

LEGISLAÇÃO DE REGENCIA:

Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

Cuiabá-MT, 30 de janeiro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

PREÂMBULO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através de COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, instituída pelo ato nº 002 de 28 de janeiro de 2013, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 28 de janeiro de 2013, em conformidade com a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL”**, visando à seleção e contratação de empresa de engenharia para execução das obras adiante descritas, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

DO ACESSO AO EDITAL, PROJETO E MEMORIAIS

- a) O edital e seus anexos poderão ser obtidos no SIC - Sistema de Informações ao Cidadão da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- b) **Os projetos deverão ser adquiridos na MULTICÓPIAS na Av. Historiador Rubens de Mendonça – 1232 A – CEP: 78.050-000 – Cuiabá/MT**, mediante a assinatura do **TERMO DE RETIRADA**, as custas dos interessados.

DA ENTREGA DOS ENVELOPES

- a) Os envelopes contendo “documentos de habilitação” e “proposta de preços” deverão ser protocolados simultaneamente, na “SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES - **EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA** - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá – MT - Cuiabá – Mato Grosso, até as 09h00min do dia 20/03/2014.
- b) Os envelopes contendo os “documentos de habilitação” serão abertos em sessão pública às **09h15min do mesmo dia**.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo "Menor Preço Global", tem por objeto a seleção e contratação de empresa empreiteira para execução das seguintes obras de Engenharia:

CONSTRUÇÃO DE CRECHE

1.2. As obras deverão ser executadas de conformidade com as especificações e quantidades de serviços constantes do(s) respectivo(s) orçamento(s) básico(s), bem como com os respectivos projetos e Especificações Técnicas. Constituem anexos do presente Edital e dele fazendo parte integrante, independente de sua transcrição, os seguintes anexos:

- a) **ANEXO A** – Modelos de Declarações e Quadros Padronizados;
- b) **ANEXO B** – Especificações técnicas;
- c) **ANEXO C** - Minuta de Contrato;
- d) **ANEXO D** - Orçamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 1.3 Os projetos destinados à consulta encontram-se à disposição dos interessados junto a **SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES** da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 1.4 As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste Edital, poderão ser dirimidas junto à Superintendência de Licitações da ALMT, no EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá – MT, Fone: (065) 3313-6222, nos horários: Das 08h00min horas as 11h00min e das 14h00min as 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira.

2.0 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação empresas, legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto da licitação e que satisfaçam as exigências concernentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, em conformidade com o prescrito no item 2.0 do presente Edital e MODELOS 01 e 02 do ANEXO A.
- 2.2 A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital.
- 2.3 Não será admitida a subempreitada total dos serviços licitados. Somente será admitida subempreitada parcial mediante prévia e expressa autorização da **MESA DIRETORA DA ALMT**.
- 2.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra:
 - a) O autor do projeto básico ou executivo da(s) obra(s), referente(s) à licitação em apreço, pessoa física ou jurídica;
 - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo da(s) obra(s) ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - c) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
 - d) Nos casos dos **subitens “a” e “b”** não se considera apenas a sociedade, mas o conjunto empresarial ao qual a proponente pertence, abrangendo a “*holding*” e suas subsidiárias;
 - e) Empresa expressamente declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações nos níveis federal, estadual ou municipal e/ou suspensão do direito de licitar e as impedidas de contratar, no prazo e nas condições da suspensão e do impedimento, estabelecidos por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações da Administração Pública.
 - f) Pessoa impedida por força de Lei.
- 2.5 A empresa proponente deverá depositar junto a **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS** da ALMT, até as 17h00min do dia **19/03/2014**, a quantia R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), pela qual garantirá a proposta apresentada e a assinatura do contrato caso vencedora da licitação.
 - a) A garantia a ser depositada poderá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:
 - a1) Em dinheiro;
 - a2) Em títulos da Dívida Pública (com data de resgate de até 10(dez) anos);
 - a3) Fiança bancária, válida por, pelo menos, **60 (sessenta) dias além da validade de proposta;**
 - a4) Seguro-garantia, válido por, pelo menos, **60 (sessenta) dias além da validade de proposta.**
 - b) A garantia nas modalidades de títulos da Dívida pública ou seguro-garantia deverá ser efetivada junto a **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS** da ALMT, até a data e horário apontados no item 2.6, supra, a qual expedirá o “Comprovante de Depósito de Títulos”.
 - c) A garantia de que trata este item será devolvida mediante requerimento devidamente protocolado na Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças da ALMT, dentro do seguinte critério:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- c1) A garantia de proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida para a entrega dos envelopes junto a Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças da ALMT, mencionada no Preâmbulo deste Edital;
- c2) As garantias de propostas das empresas não vencedoras da licitação serão devolvidas às mesmas em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato com a empresa vencedora;
- c3) A garantia de proposta da empresa vencedora será devolvida a mesma tão logo seja assinado o respectivo Contrato;
- c4) No caso da empresa vencedora se negar a assinar o termo contratual, a mesma será penalizada com a perda do direito de devolução da garantia da proposta.
- 2.6 Não será permitida a participação de empresas em consórcio.
- 2.7 A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a quantia de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) (menor ou igual a 10% do valor estimado da contratação), mediante apresentação do Contrato social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembléia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil.
- 2.8 **A empresa proponente deverá visitar o local das obras. A visita em questão deverá ser realizada pelo Profissional indicado pela empresa para atuar como Responsável Técnico na execução dos trabalhos objeto desta Licitação. As dúvidas e informações, quanto à localização da obra, poderão ser dirimidas junto a Comissão de Fiscalização de obras da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com o Engenheiro Mário Kazuo Iwassake pelo telefone (065) 3313 6544 até 02 (dois) dias antes da licitação, no EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá – MT, ou seja, as 17h00min horas do dia 17 de março de 2014.**
- 2.8.1. **A empresa, através dos seus profissionais deverá visitar o local da execução do objeto licitado e retirar atestado da visita técnica, agendando junto a Comissão de Fiscalização de obras da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com o Engenheiro Mário Kazuo Iwassake pelo telefone (065) 3313 6544 até 02 (dois) dias antes da licitação, ou seja as 17h00min. do dia 17 de março de 2014.**
- 2.9 A empresa proponente deverá declarar formalmente de que conhece os projetos, o local e todos os aspectos peculiares à obra, de acordo com o **MODELO 05 do ANEXO A**.
- 2.10 A empresa proponente deverá indicar um Engenheiro com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, que atuará na gerência das obras. O Responsável em questão deverá pertencer ao quadro permanente da empresa contratada.
- 2.11 Comprovação de que o profissional indicado no item anterior, pertence ao quadro permanente de empregados da empresa na data de abertura da licitação, através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa. Caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, etc.);
- 2.12 Na hipótese do profissional ser prestador de serviço da proponente, deverá ser apresentado o contrato de prestação de serviços dentro de sua vigência, com carga horária compatível com as necessidades da obra e a Certidão de Registro.
- 2.13 Deverá ser indicado um Engenheiro Preposto. Tal indicação deverá vir acompanhada de declaração passada pelo Engenheiro Preposto autorizando sua inclusão na equipe técnica da obra, nos termos do **MODELO 12 do ANEXO A**. Será permitida a indicação do Responsável Técnico da Empresa como Engenheiro Preposto, porém, será exigida a sua permanência na obra.
- 2.14 O Engenheiro Preposto não necessita ser funcionário da empresa na data prevista para recebimento dos documentos de “Habilitação” e de “Propostas de Preços”, mas será condição prévia para a assinatura do contrato de empreitada que o Engenheiro Preposto indicado seja sócio ou que pertença



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- ao quadro permanente da empresa. Esta comprovação se fará, se funcionário, através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa, referente à sua contratação. No caso de sócio, se fará através do Contrato Social ou Ata de Constituição da empresa proponente. Poderá ser feita ainda, a comprovação, através de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a proponente, devidamente registrado em cartório.
- 2.15 A empresa proponente deverá declarar formalmente, nos termos do **MODELO 08 do ANEXO A**, que se for considerada vencedora da Licitação, manterá na obra como Engenheiro Preposto e como Responsável Técnico dos trabalhos, Engenheiros Civis que deverá (ão) ser mencionado(s) nominalmente, o(s) qual(is) não deverá(ão) estar vinculado(s) a qualquer outra obra na data de início dos serviços (exceto o Responsável Técnico).
- 2.16 A comprovação de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso, deverá ser feita perante a Comissão Especial de Licitação, na fase de Habilitação, da seguinte forma:
- a) Declaração nos termos do **MODELO 10 do ANEXO A**
 - b) Microempresa ou pequena empresa que exerça atividade comercial, através de certidão expedida pela Junta Comercial (Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro e Comércio);
 - c) Microempresas ou pequenas empresas, que não tenham finalidade comercial, mas sim civil, mediante documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou outro documento equivalente, como por exemplo, a inscrição no SIMPLES.
- 2.17 A licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, quadros, modelo dos documentos, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste Edital e seus Anexos.
- 2.18 Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação dos documentos e propostas serão consideradas de responsabilidade exclusiva da licitante.
- 2.19 As licitantes arcarão com todas as despesas relacionadas com a preparação e apresentação de sua documentação e proposta. A ALMT, em nenhuma hipótese, será responsável por tais despesas, independentemente dos procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.
- 2.20 A sessão de abertura dos envelopes poderá ser acompanhada por qualquer preposto da empresa, porém somente o representante legalmente constituído poderá intervir nas fases do procedimento licitatório.
- 2.21 O documento de credenciamento do representante da licitante, conforme **MODELO 04 do ANEXO A** deste Edital, deverá ser apresentado em original ou por cópia autenticada, juntamente com um documento de identificação, à Comissão Especial de Licitação, no início da sessão pública referenciada no preâmbulo deste Edital, e em separado dos envelopes. Para efeito de participação na sessão de licitação, em quaisquer das suas fases, as licitantes poderão se fazer representar, por apenas uma pessoa.
- 2.22 Não será admitido que a mesma pessoa represente mais de uma licitante.
- 2.23 Caso o representante da empresa licitante não apresente o documento de credenciamento, de acordo com as condições previstas no subitem 2.22, não poderá agir em nome da empresa, seja para interpor impugnação, recurso, etc.
- 2.24 No caso de mandatário, a comprovação se fará através de instrumento de procuração, na forma da Lei, com todos os poderes inerentes ao exercício da representação legal da empresa e de instrumento de constituição, com as alterações que possibilitem verificar se o outorgante possui poderes para tal.
- 2.25 Sendo o representante proprietário ou sócio da empresa, esta representação será comprovada com base no instrumento constitutivo, com as alterações, ou publicações em órgãos da imprensa oficial.
- 2.26 Os documentos de licitação deverão ser redigidos em Português do Brasil.

3.0 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 3.1 Os envelopes contendo os documentos para habilitação e as propostas de preços deverão ser protocoladas no local indicado no Preâmbulo deste Edital, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo "ENVELOPE Nº I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e o segundo com o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

subtítulo "ENVELOPE Nº II - PROPOSTA DE PREÇOS", os quais deverão ser lacrados e conter na parte externa e frontal, além da Razão Social da Empresa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/____

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: _____

CNPJ Nº: _____

DIA: ____/____/____

HORA: __h __ min.

ENVELOPE II - PROPOSTA DE PREÇOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/____

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: _____

CNPJ Nº: _____

DIA: ____/____/____

HORA: __h __ min.

- 3.2 **O ENVELOPE Nº I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverá conter, obrigatoriamente, os documentos relacionados no MODELO 01 do ANEXO A, deste Edital, em 01 (uma) via, com folhas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas, os quais poderão ser apresentados em original ou fotocópia autenticada por Cartório ou servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, excluindo-se a declaração constante do MODELO 10 do ANEXO A para as empresas que se enquadrarem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Observação: Não serão aceitos documentos entregues fotocopiados em papel termo-sensível (fac-símile). Das empresas estrangeiras, serão aceitos documentos equivalentes, desde que emitidos ou reconhecidos pelas autoridades competentes de seu país de origem.

- 3.3 **O ENVELOPE Nº II - PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter, obrigatoriamente, os itens discriminados **MODELO 02 do ANEXO A**, deste Edital, em 01 (uma) via original e 02 (duas) cópias de mesmo teor, com folhas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

- 3.4 Se no dia previsto para o recebimento dos envelopes não houver expediente na **ALMT**, os mesmos serão recebidos no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao horário estabelecido.

4.0 DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o MODELO 16 do ANEXO A.
- 4.2 Para elaboração da proposta de preços, a empresa proponente deverá observar rigorosamente “quando for o caso”, as Especificações de Materiais e Serviços e Detalhes Diversos.
- 4.3 A proposta deverá ser datada e assinada pelo representante Técnico da empresa, devidamente qualificado.
- 4.4 Será de inteira responsabilidade da licitante a omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto da licitação conforme definido nos respectivos projetos.
- 4.5 Os materiais a serem empregados na execução dos serviços, serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização, deverão estar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- inclusos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela fiscalização.
- 4.6 No preço proposto, no que se aplicar, deverão estar inclusas todas as despesas necessárias como:
- a) Materiais a serem utilizados;
 - b) Mão-de-obra, inclusive Leis Sociais;
 - c) Manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos;
 - d) Transportes internos e externos (horizontais e verticais);
 - e) Ferramentas necessárias;
 - f) Energia Elétrica e abastecimento de água;
 - g) Limpeza da obra;
 - h) Encargos decorrentes de Leis Trabalhistas, Fiscais, Previdenciárias, Comerciais, etc.;
 - i) Ensaio tecnológicos de concreto, aço e compactação de aterro, de acordo com as Normas da ABNT, testes e demais provas exigidas por Normas técnicas oficiais para a boa execução da obra;
 - j) Sinalização diurna e noturna de obra;
 - k) Andaimos e tapumes, construção de acervos, caminhos e pontes de serviço, bandeja e tela de proteção em todo o perímetro do piso do terceiro pavimento;
 - l) Placas de obras nos modelos, dimensões e locais indicados pela fiscalização;
 - m) Escritório, estrutura administrativa, serviços auxiliares e de expediente;
 - n) Demais custos diretos e indiretos incidentes na obra;
 - o) Abertura e manutenção de caminhos de acesso;
 - p) Instalações provisórias (abrigos provisórios para alojamento, depósito de materiais e ferramentas);
 - q) Manutenção das instalações provisórias;
 - r) Equipamentos de segurança do trabalho e segurança dos funcionários;
 - s) Lucro da empresa.
- 4.7 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a empresa proponente:
- a) Examinou criteriosamente os documentos deste Edital, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
 - b) Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços em todas as suas fases;
 - c) Considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 4.8 Os preços unitários propostos deverão se referir à data de apresentação da proposta, não podendo ser superiores aos constantes da planilha apresentada pela **ALMT**, sob pena de desclassificação.
- 4.9 As Propostas de Preços que atenderem em sua essência aos requisitos do presente Edital serão verificadas quanto a eventuais erros da seguinte forma:
- a) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
 - b) Erros de transcrição das quantidades ou percentuais previstas para os serviços: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
 - c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade ou percentual correspondente: será retificado, mantendo-se as parcelas corretas e corrigindo-se o produto;
 - d) Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.
- 4.10 O valor total da Proposta de Preços será ajustado em conformidade aos procedimentos acima descritos para correção de erros e anotados com caneta vermelha. O valor resultante constituirá o valor proposto. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.
- 4.11 A proposta terá prazo de validade, de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega da mesma. Decorrido esse prazo, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (Artigo 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93).
- 4.12 Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação (Artigo 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93).
- 4.13 Os preços deverão ser cotados em moeda oficial vigente no Brasil.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

5.0 RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 5.1 Os envelopes contendo os documentos de habilitação (envelope nº I) e as propostas de preços (envelope nº II) deverão ser protocolados simultaneamente junto a **SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO** da **ALMT**, até a data e horário indicados no Preâmbulo deste Edital.
- 5.2 Vencido o horário para recebimento dos envelopes, nenhuma outra proposta será recebida, sob nenhum pretexto. Os envelopes serão encaminhados, de imediato, à Comissão de Licitação que, no dia e horário apontados no Preâmbulo deste Edital, realizará a abertura dos envelopes nº I, procedendo em seguida o julgamento, conforme especificado no item 6.0, deste Edital.
- 5.3 Não serão aceitas propostas abertas ou por via FAX, E-MAIL ou CORREIO.
- 5.4 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou complementação da documentação exigida e não inserida nos envelopes nº I e II. No entanto, a seu exclusivo critério, a Comissão de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos adicionais que julgar necessário, de conformidade com o Artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.
- 5.5 No local, data e horário apontado no Preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitação se reunirá em sessão pública, recebendo de cada um dos representantes a carta de credenciamento, procedendo em seguida à abertura dos envelopes com o título **“HABILITAÇÃO”**, submetendo a documentação neles contidas ao exame e rubrica dos representantes das empresas participantes, presentes ao ato.
- 5.6 Das reuniões de abertura dos envelopes serão lavradas Atas circunstanciadas, que serão assinadas pela Comissão de Licitação e representantes das empresas participantes. A não participação de representante legal da licitante nas reuniões implicará na aceitação, por parte da mesma, dos atos e julgamentos praticados pela Comissão.

6.0 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 A Comissão de Licitação, de posse dos envelopes contendo os documentos para habilitação e as propostas de preços, em sessão pública procederá ao julgamento obedecendo à seguinte seqüência:
 - a) Abertura dos **ENVELOPES Nº I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, sendo os documentos neles contidos, submetidos ao exame e rubrica dos representantes das empresas licitantes e membros da Comissão de Licitação;
 - b) Julgamento da habilitação pela Comissão de Licitação, com divulgação do resultado das empresas habilitadas;
 - c) Devolução dos **ENVELOPES Nº II - PROPOSTA DE PREÇOS**, aos representantes das empresas inabilitadas;
 - d) Abertura dos **ENVELOPES Nº II - PROPOSTA DE PREÇOS**, das empresas habilitadas, uma vez transcorrido o prazo para interposição de recursos administrativos cabíveis ou com o julgamento ou desistência dos eventualmente interpostos ou, ainda, havendo expressa renúncia de recursos por parte de todas as empresas participantes.
- 6.2 Das reuniões de abertura dos envelopes, serão lavradas Atas circunstanciadas, que serão assinadas pela Comissão de Licitação e representantes das empresas participantes. A não participação de representante legal da licitante nas reuniões implicará na aceitação, por parte da mesma, dos atos e julgamentos praticados pela Comissão.
- 6.3 Serão desclassificadas as propostas:
 - a) Que resultarem em valor global superior ao limite estabelecido de: **R\$ 2.664.172,50 (dois milhões seiscentos e sessenta e quatro mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**.
 - b) As propostas que não atenderem a quaisquer das exigências e condições do presente Edital, ou que contenham vícios, restrições ou condicionamentos sobre os preços de execução das obras;
- 6.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, não sendo aceito em hipótese alguma alegações posteriores de valores errôneos ou incompletos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 6.5 No julgamento das propostas será observado o percentual de desconto proposto para os preços unitários constantes do orçamento básico apresentado para a execução dos serviços, sendo esta licitação do tipo “**MENOR PREÇO**”, bem como será observado os termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme segue:
- a) ART 44 – Nas licitações será assegurada, em caso do empate ficto previsto na Lei Complementar 123, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
“§1º – Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.”
 - b) No caso de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço, com valor inferior a menor oferta apresentada no certame, o que, ocorrendo, conduzirá a classificação dessa em primeiro lugar e a adjudicação do objeto em seu favor, conforme a seguir:
 - c) Se o representante legal estiver presente na reunião, o mesmo deverá apresentar nova proposta de preço no prazo máximo de 20 minutos após a divulgação da classificação, sob pena de preclusão;
 - d) Se o representante legal não estiver presente na reunião, será enviado comunicado para que no prazo máximo de 24 horas do recebimento deste, apresente nova proposta, sob pena de preclusão;
 - e) Se essa não tiver interesse ou não ocorrendo a contratação por qualquer motivo, deverão ser convocadas as licitantes remanescentes que se enquadrem nos limites estipulados nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - f) No caso de empate (real) entre microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem nos limites estipulados nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC, deverá ser realizado sorteio entre elas para que se identifique a que primeiro apresentará nova proposta;
- 6.6 Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado a empresa que originalmente apresentar o menor valor.
- 6.7 Esses critérios, somente serão aplicados quando a melhor proposta não tiver sido apresentada inicialmente por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.8 Caso não se aplique as condições estabelecidas no item 6.3, no caso de empate entre duas ou mais proponentes, será efetuado sorteio em ato público, sendo convocadas todas as licitantes.
- 6.9 Efetuado o julgamento das propostas por parte da Comissão de Licitação, o resultado do mesmo será divulgado mediante afixação de aviso no “Quadro de Editais” da ALMT e publicação no Diário Oficial do ESTADO DE MATO GROSSO e no SITE DA ALMT.

7.0 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1 Os procedimentos de recursos administrativos referentes a esta licitação obedecerão às disposições do artigo 109 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, os quais deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitações e protocolados no Setor de protocolos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no horário normal de atendimento ao Público.
- 7.2 Os recursos contra as decisões da Comissão de Licitação serão dirigidos a MESA DIRETORA da ALMT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 7.3 Se houver interposição de recurso, os licitantes serão comunicados, para os efeitos do previsto no Parágrafo 3º do Artigo 109, da Lei nº 8.666, de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 7.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.5 O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:
- a) Ser datilografado ou editado e devidamente fundamentado;
 - b) Ser assinado pelo representante legal da licitante.

8.0 DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

8.1 Concluída a classificação das propostas, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará, após o esgotamento da fase recursal, o processo para a **MESA DIRETORA** da ALMT, para homologação e adjudicação.

9.0 DA CAUÇÃO

9.1 A caução definitiva servirá de garantia da execução das obras e do pagamento das multas e encargos legais, sendo correspondente a 2% (dois), do valor global do contrato.

9.2 No prazo de 05(cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá efetuar o depósito da caução definitiva. Se a empresa vencedora não efetuar o depósito da caução no prazo determinado, a ALMT através da Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças reserva-se ao direito de não liberar o pagamento das medições, até que se efetue o recolhimento, ou ainda, promover a rescisão unilateral do contrato.

9.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária;

9.4 Quando a caução for em dinheiro o valor deverá ser depositado em conta indicada pela **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS**, em nome da **ALMT**, sendo o valor devolvido após o término do contrato, devidamente corrigido pelos índices da poupança.

9.5 Caso ocorra o vencimento da carta de fiança ou seguro garantia, depositado a título de caução antes do recebimento definitivo das obras, a empresa vencedora deverá providenciar a sua renovação em tempo hábil.

9.6 Em caso de rescisão motivada pela empresa Contratada, a garantia será revertida aos cofres da ALMT, a qual cobrará, à mesma, diferenças a serem apuradas entre o valor da garantia depositada e eventuais débitos existentes da contratada com a ALMT.

9.7 Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a ALMT recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa contratada, com o intuito de reparar tais danos.

9.8 A caução somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo da obra e dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do termo de conclusão dos serviços elaborado pela **SUPERINTENDÊNCIA DE CONTRATOS E CONVENIOS** da ALMT.

10.0 DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, a ALMT, através da Comissão de Fiscalização, procederá à medição dos serviços através da fiscalização.

10.2 Nesta ocasião, a contratada deverá apresentar as respectivas memórias de cálculo, levantamento planialtimétricos que se fizerem necessários, bem como os relatórios e certificados de controle tecnológico, quando for o caso.

10.3 A fiscalização terá 10 (dez) dias úteis para o processamento da medição e entrega do Boletim de Medição aprovado e assinado, compatibilizando-o com os dados da planilha de preços constantes da proposta.

10.4 Se ocorrerem aditivos decorrentes de alterações dos projetos que incluam acréscimos ou decréscimos de valores e quantidades de serviços e materiais, a contratada deverá readequar este aditivo aos cronogramas físico-financeiros originais e rerepresentá-los com as devidas alterações, na lavratura do aditivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 10.5 Os valores referentes aos serviços rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e só serão pagos após a contratada os refazer.
- 10.6 A tributação do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN incidirá conforme disciplinado pela Lei Complementar 116 de 31 de julho de 2003 e legislação municipal pertinente.
- 10.7 Todos os pagamentos previstos serão efetuados por depósito em conta corrente bancária da Contratada especificada no Contrato.
- 10.8 A nota fiscal deverá ser protocolada na Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças da ALMT, juntamente com o Boletim de Medição mensal, conforme cronograma físico financeiro, devidamente aprovado pela fiscalização, em 03 (três) vias, acompanhada de relatório mensal que deverá ser atestado pela **SUPERINTENDÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** da ALMT.
- 10.9 A nota fiscal deverá ser acompanhada de:
 - a) Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:
 - a1) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social;
 - a2) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
 - a3) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos anteriores, conforme determinação do INSS.
- 10.10 Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de toda a documentação.
- 10.11 Na primeira medição a CONTRATADA deverá apresentar o registro da obra no CREA e a matrícula do INSS.

11.0 DOS PRAZOS

- 11.1 O prazo para a execução do objeto desta licitação, e o prazo de vigência da contratação destinado ao período necessário para o cumprimento das formalidades legais decorrentes, são os a seguir relacionados, contados em dias corridos a partir da data da respectiva Ordem de Serviço expedida pela MESA DIRETORA da ALMT, por ela indicado.
 - PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.
 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16 (dezesesseis) meses.
- 11.2 O prazo para início da obra será no máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

12.0 DISPOSIÇÕES REFERENTES AO CONTRATO

- 12.1 Para execução do objeto licitado, será firmado contrato entre a empresa vencedora e a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, de acordo com a “Minuta do Termo de Contrato”, e “Condições de Contrato” do **ANEXO C**.
- 12.2 Fica estipulado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da notificação para que a adjudicatária assine o respectivo contrato, aceite ou retire o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.3 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se de prerrogativa prevista no parágrafo segundo do artigo 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.4 Na hipótese da ALMT não assinar o contrato com a empresa vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das propostas, os licitantes ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos, salvo eventuais questionamentos judiciais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 12.5 O Contrato decorrente da presente licitação e sua execução serão regidos pelo disposto no Capítulo III (art. 54 a 80) da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.6 Toda e qualquer alteração deverá ser justificada por escrito pela empresa vencedora e encaminhada à ALMT, que remeterá a **MESA DIRETORA** para autorização, devendo ser formalizada por meio de aditamento, que poderá ser único e lavrado antes de expiar-se o prazo do contrato, ficando mantidas as demais condições contratuais pela adjudicatária na proposta inicial.
- 12.7 Os acréscimos e supressões de serviços que se fizerem necessárias nas obras deverão atender aos limites e caso previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e ser prévia e expressamente autorizada pela ALMT.
- 12.8 Este Edital e todos os demais elementos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato.
- 12.9 O contrato poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas e asseguradas à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, nas condições previstas no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.10 O reajustamento de preços somente será admitido após o decurso da periodicidade legal mínima de 12 (doze) meses de vigência do contrato, conforme previsão legal, tendo como referência para reajustamento os índices setoriais apresentados na coluna 35, da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, sendo a data-base o mês de apresentação da proposta de preços.
- 12.11 O contrato a ser firmado poderá ser subcontratado em até 30% (trinta por cento), do valor contratado, desde que a ALMT dê anuência, conforme os termos do artigo 72 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e após manifestação favorável da Comissão de Fiscalização.
- 12.12 O contrato assinado poderá ser rescindido se ocorrer um dos motivos enumerados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.13 O prazo para início da obra será no máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 12.14 A contratada é responsável por todos os ônus e obrigações relativas às legislações civil, trabalhista, social, previdenciária, tributária, comercial e demais legislações aplicáveis aos seus empregados que venham a participar da execução do contrato.

13.0 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 13.1 As despesas decorrentes do contrato a ser firmado com a empresa vencedora desta licitação, correrão à conta da(s) seguinte(s) dotações orçamentária(s): Constante no Plano Plurianual.

	NÚMERO	HISTÓRICO
PROJETO ATIVIDADE	3793	Ampliação e reformas do Espaço Físico
ELEMENTO DE DESPESA	4490-51	Obras e Instalação
FONTE	100	Recursos do Tesouro Ordinário

14.0 DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

- 14.1 A ALMT reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, embora a empresa vencedora seja a única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, bem como pelos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, por ato próprio desta ou de seus operários e/ou prepostos.
- 14.2 A empresa vencedora adotará medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, bem como todas as medidas relativas ao seguro contra tais danos, ficando sempre responsável pelas conseqüências originadas de eventuais acidentes.
- 14.3 A empresa vencedora obriga-se a desvincular da obra, dentro de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação, qualquer empregado, inclusive o Engenheiro Preposto, cujos serviços não estiverem a contento da fiscalização ou por comportamento incompatível nas dependências da ALMT.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 14.4 A empresa vencedora assumirá as seguintes obrigações:
- a) Remover do canteiro de serviços todo o material imprestável ou inaceitável, a juízo da fiscalização;
 - b) Demolir por conta própria os serviços de parte de obras executadas em desacordo com os projetos, especificações ou determinações da fiscalização, bem como os que apresentarem vícios ou defeitos de construção, refazendo-os dentro da boa técnica exigida, sem ônus para a ALMT.
 - c) Providenciar a elaboração de Diário de Ocorrência, em 03 (três) dias após o início dos serviços e mantê-lo atualizado, o qual deverá permanecer no local dos serviços, disponível para os devidos lançamentos, apresentando duas partes:
 - c1) Na primeira parte a empresa vencedora, obrigatoriamente, registrará os problemas construtivos, as soluções adotadas, e, especialmente, as datas de início e conclusão das etapas de serviços, caracterizados de acordo com o cronograma;
 - c2) Na segunda parte, a fiscalização da ALMT, se obriga a efetuar os registros das atividades da empresa vencedora, quanto ao juízo formado sobre o andamento dos serviços e qualidade de execução, seus recursos, ritmo da obra, problemas construtivos e todas as determinações.
 - d) A empresa vencedora deverá manter, ainda, durante todo o período da execução da obra um Engenheiro Responsável Técnico devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia.
 - e) A empresa vencedora obriga-se a apresentar a ALMT, impreterivelmente até a data da primeira medição da obra, sem a qual a mesma não poderá ser liberada, o Plano de Controle de Qualidade, identificando as normas técnicas indicadas nos projetos, acrescentando as normas técnicas julgadas pertinentes para os produtos, serviços e obras, inclusive discriminando os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, a serem realizados através de equipe própria e/ou terceirizada, de acordo com o plano de amostragem proposta, sem ônus para a ALMT.

15.0 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 15.1 A obra terá o Recebimento Provisório nos termos das Condições de Contrato, sendo que o Recebimento Definitivo se dará em 90 (noventa dias), conforme o artigo 73 parágrafo terceiro da Lei Federal 8.666/93, desde que solicitado pela empresa vencedora e aceito pela ALMT.
- 15.2 A empresa vencedora se obriga a apresentar a documentação relativa à obra, junto a ALMT, no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório da obra.
- 15.3 Juntamente com a medição final a empresa vencedora deverá entregar o Plano de Execução, Uso e Manutenção da obra, contendo recomendações instruções de utilização e uso para a garantia da durabilidade da obra e/ou serviço, de acordo com a NBR 5675/1980. Havendo modificações no projeto e/ou serviço e/ou material no decorrer da obra, devidamente aprovado pela ALMT, as mesmas deverão constar do Plano de Execução, Uso e Manutenção.
- 15.4 O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da mesma, nem a ético-profissional pela perfeita execução dos serviços.

16.0 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 16.1 Às licitantes poderão ser aplicadas sanções e penalidades expressamente previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 16.2 A licitante vencedora estará sujeita às penalidades quando:
 - a) Deixar de assinar o Contrato, nos termos deste Edital;
 - b) Proceder com atraso:
 - b1) No início ou na conclusão dos serviços;
 - b2) No cumprimento do cronograma.
 - c) Dificultar os trabalhos de fiscalização dos serviços;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- d) O objeto do contrato não for executado de acordo com as condições do Edital, do Contrato e das Normas e Especificações Técnicas.
 - e) Os serviços forem transferidos;
 - f) Inexecutar parcial ou totalmente o Contrato, importando prejuízo à ALMT;
 - g) Der causa à rescisão do Contrato.
- 16.3 Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, as sanções a serem aplicadas pela ALMT, na inadimplência das obrigações contratuais previstas no subitem anterior, são as seguintes:
- a) Advertência;
 - b) Multa sobre o valor total do contrato, na época da infringência, nos seguintes percentuais:
 - b1) De 0,5% nos casos das alíneas (a) e (c) do subitem 16.2 deste Edital;
 - b2) De 1,0% nos casos das alíneas (d) e (e) do subitem 16.2 deste Edital;
 - b1) De 5,0% nos casos das alíneas (f) e (g) do subitem 16.2 deste Edital;
 - c) Multa de 0,2%, no caso da alínea (b.1) do subitem 16.2 deste Edital, por dia de atraso, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias;
 - d) Rescisão do Contrato, no caso da alínea (b.1) do subitem 16.2 deste Edital, se o atraso for superior a 30 (trinta) dias;
 - e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública no Estado de Mato Grosso pelo prazo de 2 (dois) anos;
 - f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública no Estado de Mato Grosso, com o conseqüente cancelamento do seu registro cadastral.
- 16.4 As sanções previstas nas alíneas (a), (e) e (f) do subitem 16.3 deste Edital, poderão ser aplicadas juntamente com a das alíneas (b) (c) e (d) do subitem 16.3 deste Edital, a critério da ALMT, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 16.5 A sanção estabelecida na alínea (f) do subitem 16.3 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após decorridos 02 (dois) anos de aplicação.
- 16.6 A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia do Contrato ou dos pagamentos eventualmente devidos pela ALMT, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.7 Os prazos acima citados serão contados a partir do expresse recebimento da notificação enviada pela licitadora à licitante vencedora.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.
- 17.2 A participação nesta Concorrência importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante deste Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.
- 17.3 A ALMT não aceitará reclamações futuras, oriundas da má interpretação deste Edital ou entendimentos equivocados, não aceitando, portanto, reivindicações decorrentes deste fato.
- 17.4 O não comparecimento do interessado às sessões públicas de abertura dos envelopes, ou falta de assinatura nas respectivas atas, implicará na concordância das decisões da Comissão de Licitação.
- 17.5 É facultado à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo, podendo para tanto suspender os trabalhos.
- 17.6 Serão aceitas certidões nos limites de sua validade. Quando não especificada qualquer validade na certidão, estas deverão ter sido expedidas num prazo não superior a 30 (trinta) dias da data prevista para a apresentação das propostas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 17.7 Não será concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inseridos nos Envelopes, exceto quando ocorrer a hipótese do § terceiro do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 17.8 Previamente a adjudicação da presente licitação, a Superintendência de Licitação deverá manifestar-se favoravelmente quanto ao cumprimento de todos os requisitos estabelecidos.
- 17.9 A Ordem de Serviço somente será expedida quando os recursos financeiros estiverem efetivamente disponibilizados para a ALMT.
- 17.10 Por ocasião da emissão da Ordem de Serviço, a empresa Contratada compromete-se a apresentar junto a ALMT, a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa ao objeto licitado, do Profissional Habilitado indicado como Responsável Técnico, bem como deverá ser apresentado prova de registro e quitação junto ao CREA.
- 17.11 Em atendimento ao ANEXO B, todos os materiais, máquinas e equipamentos utilizados pela empresa contratada deverão ser de primeira qualidade.
- 17.12 Caso venha a ser declarada vencedora da Licitação, obriga-se à contratada, a garantir pelo prazo legal os serviços executados, contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Definitivo das obras, obrigando-se a reconstruir ou reparar, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 17.13 Reserva-se a ALMT o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando o interesse da Administração Pública, devendo anulá-la por ilegalidade assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o Artigo 49 e Parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 17.14 Reserva-se, ainda, a ALMT, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a ALMT, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a empresa contratada terá o direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 17.15 Ao término da execução dos serviços, o local dos mesmos deverá se apresentar limpo, sem qualquer espécie de entulho, devendo os custos inerentes ser previstos e já inclusos nos preços propostos.
- 17.16 A ALMT não assumirá nenhuma responsabilidade pelo pagamento de impostos e/ou outros encargos que são de responsabilidade da empresa vencedora, nem fará a esta qualquer restituição ou reembolso de quantias, principais, ou acessórias, despendidas com estes pagamentos.
- 17.17 Esclarecimentos a respeito do Edital somente serão recebidos mediante protocolo junto à Superintendência de Licitação, no horário: Das 08h00min horas as 11h00min e das 14h00min as 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira, sita: **EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA** - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá, até 02 (dois) dias úteis antes da data de recebimento dos envelopes.
- 17.18 Recursos, impugnações e esclarecimentos, referentes aos processos de habilitação e abertura de preços, somente serão recebidos mediante protocolo junto à Superintendência de Licitação, no horário: Das 08h00min horas as 11h00min e das 14h00min as 17h00min horas, de segunda-feira a sexta-feira, no endereço: **EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA** - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá, nos prazos fixados em Lei.
- 17.19 Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Superintendência de Licitação, no horário: Das 08h30min horas as 11h00min e das 14h00min as 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira, no endereço: **EDIFÍCIO DANTE MARTINS DE OLIVEIRA** - Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA - CEP: 78.009-065 Cuiabá – MT.
- 17.20 Os casos omissos ou dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Superintendência de Licitação, observando o que dispõe sobre a matéria a Legislação em vigor.
- 17.21 As partes elegem o Foro desta Comarca de Cuiabá como seu domicílio legal para quaisquer procedimentos decorrentes desta Licitação.

18 DOS ANEXOS

- 18.1 O presente Edital é composto pelo conjunto dos seguintes Anexos:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

-
- ANEXO A** **MODELOS DE DECLARAÇÃO E QUADROS PADRONIZADOS**
- MODELO 01: Documentos para Habilitação
 - MODELO 02: Documentos relativos à Proposta de Preços
 - MODELO 03: Declaração de conhecimento dos Termos do EDITAL
 - MODELO 04: Modelo de Carta de Credenciamento
 - MODELO 05: Declaração de Recebimento de Documentos
 - MODELO 06: Declaração de Idoneidade
 - MODELO 07: Declaração de Sujeição ao Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes e Impeditivos da Habilitação
 - MODELO 08: Termo de declaração de atendimento ao Edital.
 - MODELO 09: Termo de Declaração de que não emprega menores
 - MODELO 10: Declaração de Enquadramento na Condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006);
 - MODELO 11: Termo de Encerramento do Volume
 - MODELO 12: Autorização para inclusão na Equipe Técnica
 - MODELO 13: Conhecimento das condições para a realização das obras e serviços
 - MODELO 14: Currículo da Equipe Técnica
 - MODELO 15: Declaração de manutenção das condições de habilitação
 - MODELO 16: Carta de apresentação da proposta de preços
 - MODELO 17: Declaração de disponibilização de equipamentos
- ANEXO B** **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- MODELO 01: Projeto e memoriais
 - MODELO 02: Especificações Técnicas das obras e serviços
 - MODELO 03: Placa Indicativa da Obra
 - MODELO 04: Atestado de Visita Técnica
- ANEXO C** **MINUTA DE CONTRATO**
- MODELO 01: Condições de Contrato
 - MODELO 02: Minuta do Termo de Contrato
 - MODELO 03: Minuta da Ordem de Serviço do termo de contrato
- ANEXO D** **ORÇAMENTO E CRONOGRAMA**
- MODELO 01: Planilha de Quantitativos e preços das obras e serviços
 - MODELO 02: Cronograma Físico-Financeiro Básico

Cuiabá, 30 de janeiro de 2014.

Agenor Francisco Bombassaro
Superintendente do GEL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

ANEXO A

MODELO 01

DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1

HABILITAÇÃO

1.0 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 Inscrição comercial no caso de firma individual.
 - 1.2 Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais.
 - 1.3 Declaração da empresa com o número de registro da última alteração contratual.
 - 1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício.
 - 1.5 Declaração de conhecimento dos Termos do edital, conforme MODELO 03 do ANEXO A.
 - 1.6 Declaração de recebimento dos documentos referentes à Licitação, conforme MODELO 05 do ANEXO A.
 - 1.7 Declaração do representante legal da empresa de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações nos níveis Federal, Estadual ou Municipal e nem está suspensa do direito de licitar por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações a nível Municipal, conforme MODELO 06 do ANEXO A.
 - 1.8 Declaração do representante legal da empresa de sujeição ao Edital e de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do Artigo 32, da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, conforme MODELO 07 do ANEXO A.
 - 1.9 Declaração do representante legal da empresa de que seus dirigentes, integrantes da diretoria ou administradores não se encontram no efetivo exercício de cargo ou função pública na Administração Municipal ou na Câmara Municipal de Cuiabá, conforme MODELO 08 do ANEXO A.
 - 1.10 Declaração referente Artigo 27 da Lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme MODELO 09 do ANEXO A.
 - 1.11 Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados, conforme MODELO 08 do ANEXO A.
 - 1.12 Declaração de sujeição aos termos deste edital, conforme MODELO 08 do ANEXO A.
 - 1.13 Declaração de Enquadramento na Condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), conforme MODELO 10 do ANEXO A.
 - 1.14 Das empresas estrangeiras, serão aceitos documentos equivalentes, desde que emitidos ou reconhecidos pelas autoridades competentes de seu país de origem, devendo apresentar as demais declarações.
- #### **2.0 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À REGULARIDADE FISCAL:**
- 2.1 Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
 - 2.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação.
 - 2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o Artigo 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:
 - 2.3.1 Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal;
 - 2.3.2 Certidão quanto à Dívida da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 2.3.3 Certidão Negativa de Tributos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;
- 2.3.4 Certidão Negativa de Tributos Municipais, relativa à quitação de todos os tributos (mobiliários e imobiliários); da sede da empresa;
- 2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), dentro de seus prazos de validade.
- 2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT).

Observações:

- a) No caso em que a Certidão de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União forem unificadas, este documento único poderá ser apresentado.
 - b) Os documentos aludidos neste item deverão ser da sede da empresa proponente.
- 2.5. As empresas que apresentarem comprovante de cadastro na SAD ou SINFRA MT ficam dispensadas de apresentar os documentos enumerados nos itens 2.1 a 2.4.

3.0 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 3.1 Certificado de Registro e Regularidade da empresa e de seus profissionais junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, dentro de seu prazo de validade;
- 3.2 Pelo menos dois Atestados de Capacidade Técnica de obras distintas, emitidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, em nome do **PROFISSIONAL**, integrante do Corpo Técnico da empresa proponente, atestados estes devidamente registrados na entidade profissional competente, comprovando a execução de obra com características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação, a saber:

1. CONSTRUÇÃO PREDIAL COM ESTRUTURA CONCRETO;
2. REVESTIMENTOS EM GRANITO POLIDO – 290 m²;
3. PAINEL TIPO DE VIDRO, INCLUSIVE ESTRUTURA DE ALÚMÍNIO – 280 m²;
4. EXECUÇÃO DA REDE LÓGICA – 1.000 metros,
5. COLOCAÇÃO DE FORRO ACÚSTICO EM FIBRA MINERAL – 6.500 m²

3.2.1. Os profissionais exigidos são:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil;
- b) 01 (um) Engenheiro Eletricista;
- c) 01 (um) Técnico em Segurança do Trabalho.

- 3.2.2. A comprovação de que o profissional habilitado indicado no item 3.2, pertence ao quadro permanente de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, será feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa. Caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, etc.);
- 3.3 Na hipótese do profissional ser prestador de serviços da proponente, deverá ser apresentado o contrato de prestação de serviço dentro de sua vigência, com carga horária compatível com as necessidades da obra.
- 3.4 Declaração formal, passada pelo profissional habilitado, indicado no item 3.2, autorizando sua inclusão na equipe técnica da obra, conforme MODELO 12 do ANEXO A;
- 3.5 Atestado de **Capacidade Técnica em nome da Proponente** emitido por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado devidamente registrados na entidade profissional competente, comprovando a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

execução de obra com características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação, a saber:

1. CONSTRUÇÃO CIVIL – COMPLETA – COMERCIAL COM 500 m².
- 3.6 Declaração do proponente, em conformidade com o Item 2.6 do Edital, assinada pelo Representante Legal da Empresa e pelo Responsável Técnico, de que tomou conhecimento dos projetos, do local e todos os aspectos peculiares à obra, bem como de que os mesmos são suficientes para elaboração da proposta de que os serviços e quantitativos constantes da planilha apresentada pelo Município são compatíveis com o projeto apresentado, conforme o MODELO 13 do ANEXO A.
- 3.7 Relação da Equipe Técnica Complementar que ficará responsável pela execução da obra objeto deste certame.
- 3.8 Apresentação de todos os currículos de todos os integrantes da Equipe Técnica de nível superior que participarão da execução das obras e serviços, conforme MODELO 14 do ANEXO A.
- 3.9 Declaração da proponente, sob as penas da Lei, de que se obriga a manter durante todo o período da execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação neste certame licitatório e de que mantém íntegra a sua idoneidade, perante aos órgãos das Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, conforme MODELO 16 do ANEXO A.
- 3.10 Relação dos equipamentos com a sua descrição, ano de fabricação, estado de conservação, acompanhada de declaração da proponente, sob as penas da Lei, de que os mesmos ficarão à disposição para serem utilizados na execução das obras e serviços componentes deste Edital, nos termos do ANEXO 17 do MODELO A. A Comissão de Licitação se reserva ao direito de aferir ou solicitar complementação das informações solicitadas.
- 3.11 Serão aceitas certidões nos limites de sua validade. Quando não especificada qualquer validade na certidão, estas deverão ter sido expedidas num prazo não superior a 30 (trinta) dias da data prevista para a apresentação das propostas.

4.0 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

- 4.1 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme índices descritos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta (Artigo 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);
 - a) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável (Contador);
 - b) O Balanço Patrimonial solicitado no item deverá ser acompanhado da demonstração dos cálculos dos índices abaixo mencionados:

$$\text{Índice de Liquidez Geral: ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente: ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{Índice Geral de Endividamento: IGE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,25$$



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 4.2 Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento dos envelopes.
Observação: Os documentos acima aludidos deverão estar dentro de seus prazos de validade.
- 4.3 Caso a empresa não atinja os índices mínimos requeridos no item anterior, comprovar capital social integralizado de no mínimo R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).
- 4.4 Comprovação de recolhimento da caução de garantia da proposta, em conformidade com o disposto no item 2.7 do Edital.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

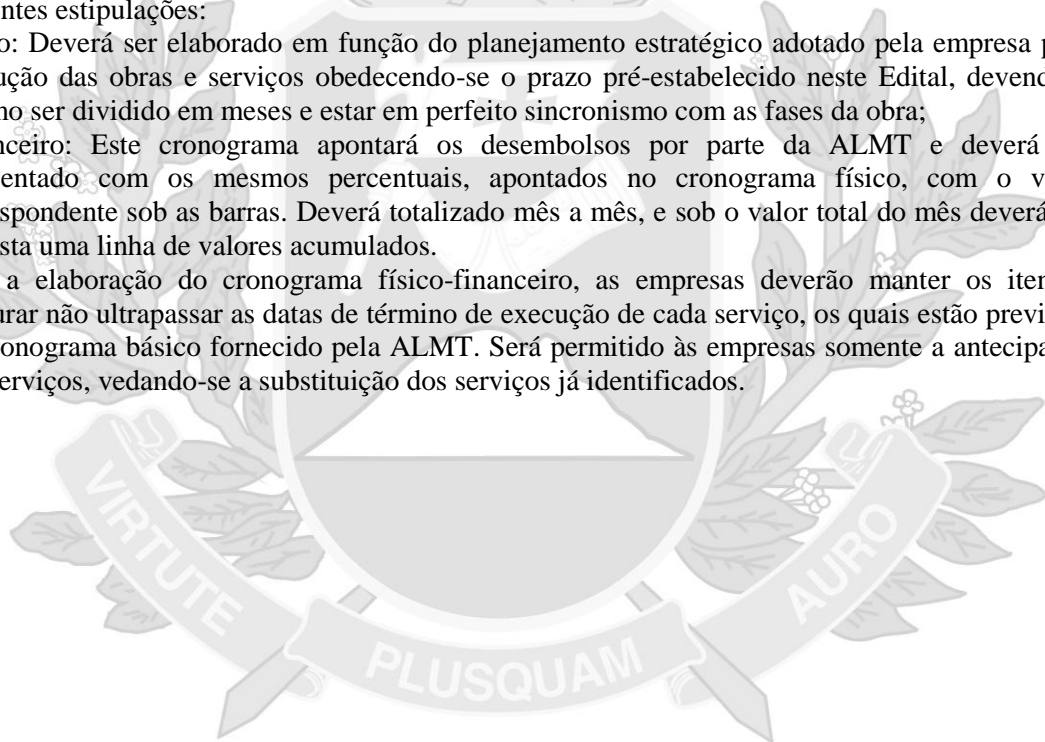
MODELO 02

DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA DE PREÇOS

1.0 CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DEVIDAMENTE ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, ONDE DEVERÁ CONSTAR:

- 4.5 A proposta preenchida pela proponente, com valores expressos em reais, em algarismos, conforme MODELO 16 constante do ANEXO A.
- 4.6 As empresas participantes deverão apresentar juntamente com a proposta de preços a Planilha Orçamentária, conforme o MODELO 01 do ANEXO D, preenchida com os preços unitários expressos em Reais, sem qualquer rasura, borrão, bem como o preço final da obra.
- 4.7 A proponente deverá indicar na planilha orçamentária o BDI (bonificação de despesas indiretas) e as Leis Sociais.
- 4.8 Juntamente com a proposta a empresas proponentes deverão apresentar ainda:
- a) Composição do BDI (não incluir IRPJ e CSLL)
 - b) Cronograma físico-financeiro, sem quaisquer rasuras ou borrões, que servirá como elemento de programação de desembolso financeiro e de acompanhamento físico da obra, em impresso próprio da empresa proponente de acordo com os orçamentos apresentados, sendo um para cada serviço e um cronograma geral consolidando todas as ações objeto deste Edital, observando as seguintes estipulações:
 - b1) Físico: Deverá ser elaborado em função do planejamento estratégico adotado pela empresa para execução das obras e serviços obedecendo-se o prazo pré-estabelecido neste Edital, devendo o mesmo ser dividido em meses e estar em perfeito sincronismo com as fases da obra;
 - b2) Financeiro: Este cronograma apontará os desembolsos por parte da ALMT e deverá ser apresentado com os mesmos percentuais, apontados no cronograma físico, com o valor correspondente sob as barras. Deverá totalizado mês a mês, e sob o valor total do mês deverá ser prevista uma linha de valores acumulados.
 - c) Para a elaboração do cronograma físico-financeiro, as empresas deverão manter os itens e procurar não ultrapassar as datas de término de execução de cada serviço, os quais estão previstos no cronograma básico fornecido pela ALMT. Será permitido às empresas somente a antecipação dos serviços, vedando-se a substituição dos serviços já identificados.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 03

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada em (endereço completo), declara ter conhecimento que as obras e serviços objeto deste Edital de Licitação deverão ser executadas, com materiais de primeira qualidade e os equipamentos a serem utilizados devem ser novos e estarão sujeitos a vistoria previa da equipe de fiscalização da ALMT.

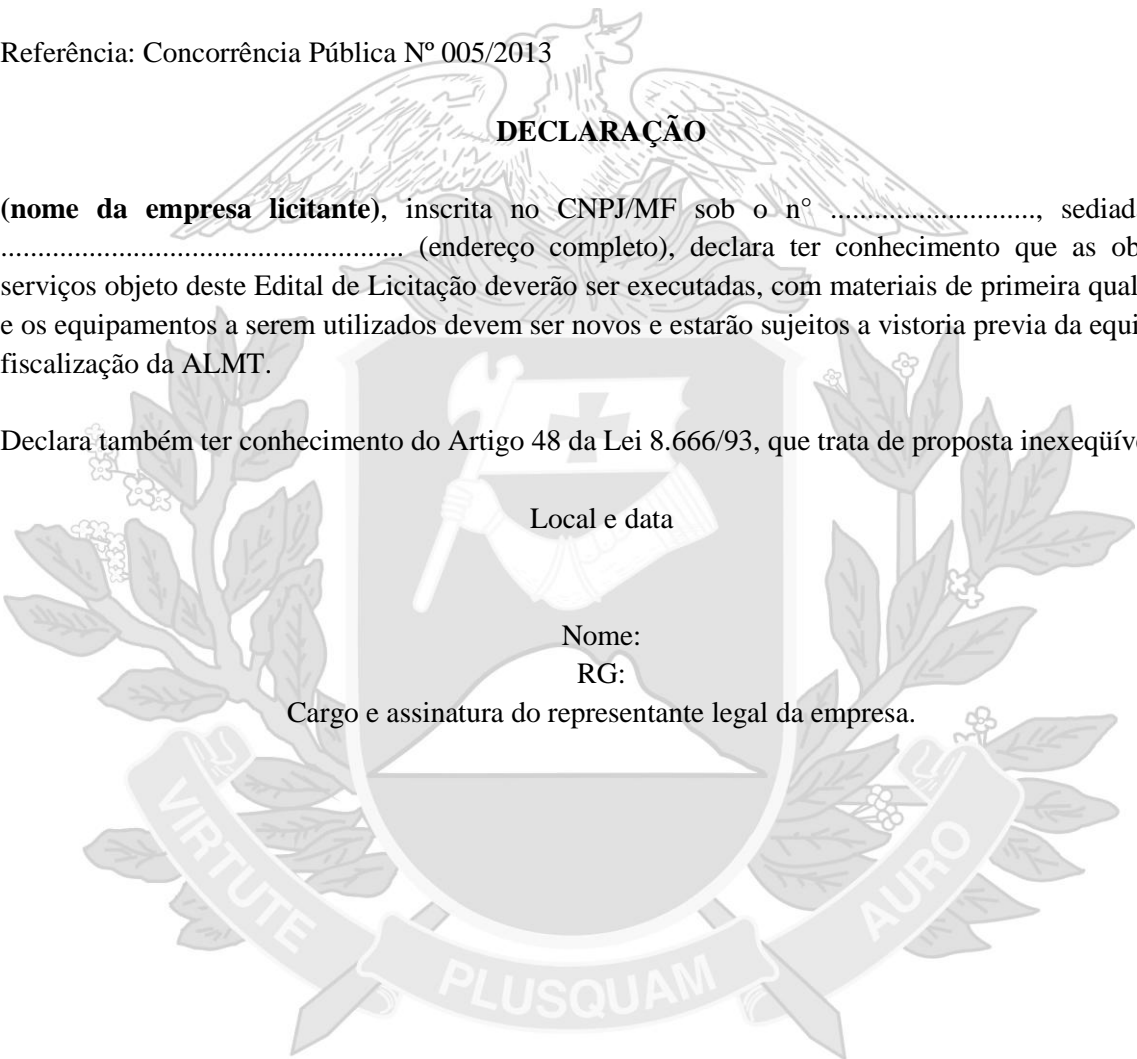
Declara também ter conhecimento do Artigo 48 da Lei 8.666/93, que trata de proposta inexequível.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 04

CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE LEGAL

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

Assunto: Credenciamento de Representante Legal

Prezados Senhores,

Na qualidade de responsável legal da empresa..... venho pela presente, informar a V.Sas., que o senhor, portador da Carteira de Identidade RG nº é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos, apresentar impugnações, recursos, inclusive renúncia expressa a recurso, em cumprimento à Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, nas fases de habilitação e classificação, se for o caso, e praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no presente processo licitatório.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.

Esta carta credencial tem por objetivo único dar poderes para representação nas fases de abertura dos envelopes de **HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA E DE PREÇOS**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 05

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

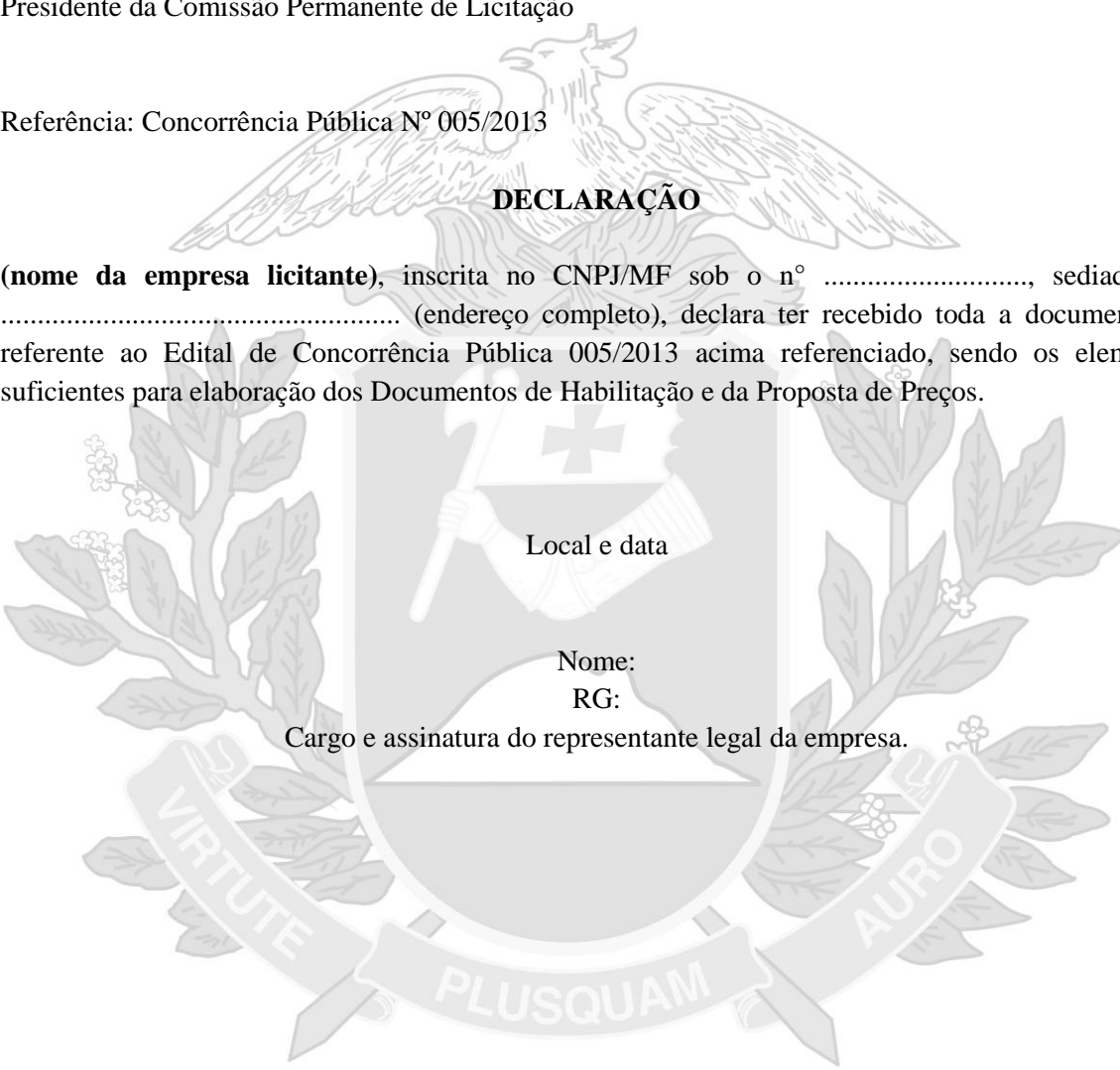
(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada em (endereço completo), declara ter recebido toda a documentação referente ao Edital de Concorrência Pública 005/2013 acima referenciado, sendo os elementos suficientes para elaboração dos Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 06

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

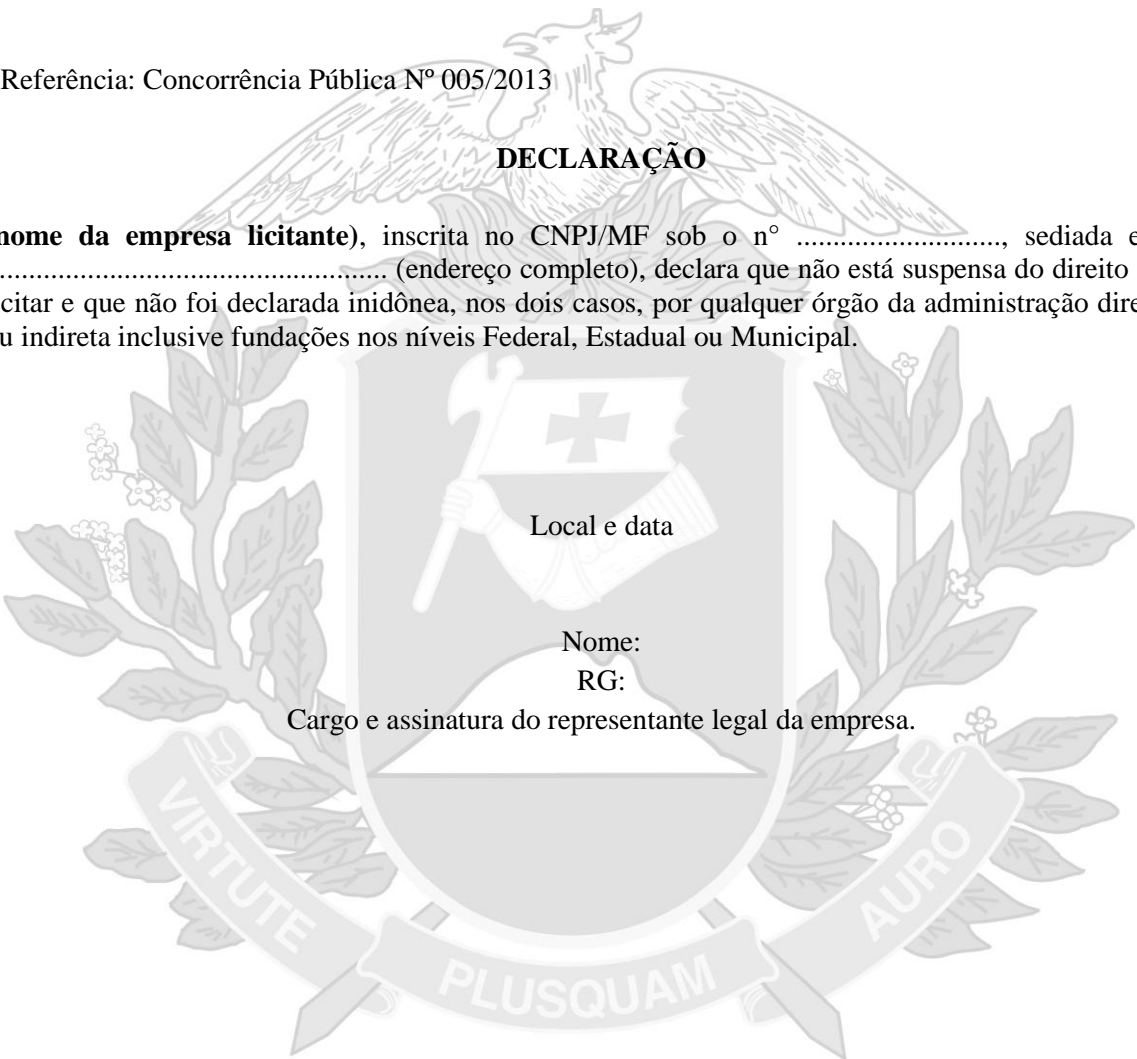
(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada em (endereço completo), declara que não está suspensa do direito de licitar e que não foi declarada inidônea, nos dois casos, por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações nos níveis Federal, Estadual ou Municipal.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 07

**TERMO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO E SUJEIÇÃO AO EDITAL**

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

..... (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº,
sediada em (endereço completo), declara sob as penas da lei que,
até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na CONCORRÊNCIA
PÚBLICA nº 005/2013, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 08

TERMO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO EDITAL

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

.....(Empresa), neste ato representada por (nome do responsável ou representante legal), abaixo assinado, declara:

- Que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- Que, se vencedora da licitação, atenderá a todas as exigências e especificações estabelecidas no edital e no Contrato;
- Que possui pessoal, equipe técnica e instalações necessárias à realização do objeto da licitação, sob as penas cabíveis;
- Que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, não figura funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado ou eletivo na ALMT;
- Que manterá na obra um Engenheiro Preposto e como Responsável Técnico do trabalho Engenheiro devidamente habilitado, sendo que o preposto não estará vinculado a qualquer outra obra no início destes serviços.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 09

TERMO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 10

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Em conformidade com a Lei 123 de 14 de dezembro de 2006, Capítulo II, Artigo 3º “Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas**”.

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

(Qualificação da empresa proponente) _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, através de seu representante legal, para os fins da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, **DECLARA** estar inserida na condição de (assinalar a opção correspondente à situação da empresa):

- microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- empresa de pequeno porte – receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

DECLARA, que até a data da abertura do certame a empresa está registrada como Microempresa ou Empresa de pequeno porte no Registro de Empresas Mercantis ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

DECLARA igualmente que:

- I. de seu capital social não participa outra pessoa jurídica;
- II. que não é filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. de seu capital social não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, ou, embora havendo participação, a receita bruta global das empresas não ultrapassa o limite de que trata o inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- IV. não possui titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, ou, embora possuindo, a receita bruta global das empresas não ultrapassa o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- V. não possui sócio ou titular administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, ou, embora possuindo, a receita bruta global das empresas não ultrapassa o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- VI. não é constituída sob a forma de cooperativas, salvo de consumo;
- VII. não participa do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. não exerce atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- IX. não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. não é constituída sob a forma de sociedade por ações;

Por fim, **DECLARA**, que está ciente que a inverdade relativa às declarações ora prestadas, sujeita a Declarante às penalidades legais, dentre elas a exclusão do certame licitatório.

Sem mais, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 11

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

Prezados Senhores,

..... (Os Documentos de / A Proposta)
..... (Habilitação /de Preços) da (nome da empresa
licitante), apresentada para os fins de participação na licitação em referência é de(.....)
volume(s).

O presente documento é composto de(.....) folhas, inclusive
esta, numeradas seqüencialmente da folha nº.....(.....) à folha nº(.....), estando todo o
conjunto devidamente rubricado.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 12

AUTORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO NA EQUIPE TÉCNICA

Referência: Concorrência Pública nº 005/2013

AUTORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO NA EQUIPE TÉCNICA:

Eu,, declaro que estou ciente e de acordo com a minha inclusão, pela (empresa), na equipe técnica com vista à execução dos trabalhos objeto do Edital de Concorrência Pública nº 005/2013.

Cuiabá,/...../.....

(Engenheiro, CI e assinatura)





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 13

TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

.....(nome da empresa licitante), inscrita no CGC/MF sob o nº, sediada em..... (endereço completo), declara sob as penas da lei que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações, bem como de que um representante da empresa visitou o local dos serviços com o objetivo de conhecer a área geográfica a ser atendida pelas obras e serviços, bem como conheceu as condições de execução e peculiaridades inerentes a natureza do objeto ora licitado. Declara também que os serviços e quantitativos constantes da planilha apresentada pela ALMT são compatíveis com o projeto apresentado.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.

Nome a assinatura do Responsável Técnico



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 14

Ref.: Concorrência Pública Nº 005/2013

CURRICULUM VITAE DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE

NOME DA EMPRESA:	
NOME DO TÉCNICO:	
DATA DE NASCIMENTO:	NACIONALIDADE:
PROFISSÃO:	REGISTRO PROFISSIONAL:
CARGO PROPOSTO:	ÁREA DE ATUAÇÃO:
FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	
SERVIÇOS ATRIBUÍDOS: (Descrever, de forma sucinta, as atividades atribuídas no âmbito do Projeto)	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: (Descrever, de forma sucinta, as qualificações chaves do profissional)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: (Listar as principais experiências profissionais que o qualificam para participar do Projeto)	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

CURRICULUM VITAE DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE

(Cont.)

NOME DO TÉCNICO:

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Cont.):



(Obs.: Utilizar, no máximo, 4 páginas para a apresentação de cada currículo)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 15

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

.....(nome da empresa licitante), inscrita no CGC/MF sob o nº
....., sediada em..... (endereço completo), declara sob as
penas da Lei que se obriga a manter durante todo o período da execução do contrato, as condições de
habilitação e qualificação exigidas para a participação neste certame licitatório e de que mantém
íntegra a sua idoneidade, perante aos órgãos das Administrações Públicas Federal, Estaduais e
Municipais

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 16

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

Prezados Senhores,

.....(Empresa), com sede na cidade de, à (rua, avenida, etc)....., inscrita no CGC/MF sob nº....., neste ato representada por, abaixo assinado propõe ao _____ a execução das obras e serviços referentes a _____

_____, objeto do edital em epígrafe, de acordo com os quadros resumo de preços e de quantidades em anexo, e nas seguintes condições:

- a) Preço Global Proposto: R\$.....(valor por extenso);
- b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos;
- c) O prazo de execução dos serviços é de XXX () dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a ser expedida pelo _____;
- d) O preço proposto inclui todos os custos como salários, encargos sociais, taxas administrativas, lucros, despesas fiscais, transporte e outras que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação;
- e) O pagamento deverá ser efetuado através de medições mensais.

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 17

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública Nº 005/2013

DECLARAÇÃO

.....(nome da empresa licitante), inscrita no CGC/MF sob o nº
....., sediada em..... (endereço completo), declara sob as
penas da Lei de que os equipamentos abaixo relacionados ficarão à disposição para serem
utilizados na execução das obras e serviços componentes deste Edital.

RELACIONAR:

- Tipo de Equipamento
- Descrição
- Ano de Fabricação
- Estado de Conservação

Local e data

Nome:

RG:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

ANEXO B

MODELO 01

PROJETOS E MEMORIAIS



Os projetos poderão ser adquiridos na MULTICÓPIAS na Av. Historiador Rubens de Mendonça – 1232 A – CEP: 78.050-000 – Cuiabá/MT.

Para consulta: Superintendência de Licitação da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS E SERVIÇOS

Na execução dos serviços objeto do presente Edital, deverão ser observadas de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes na SINFR/MT, Normas Técnicas da ABNT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes à obra em licitação, constante dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 03

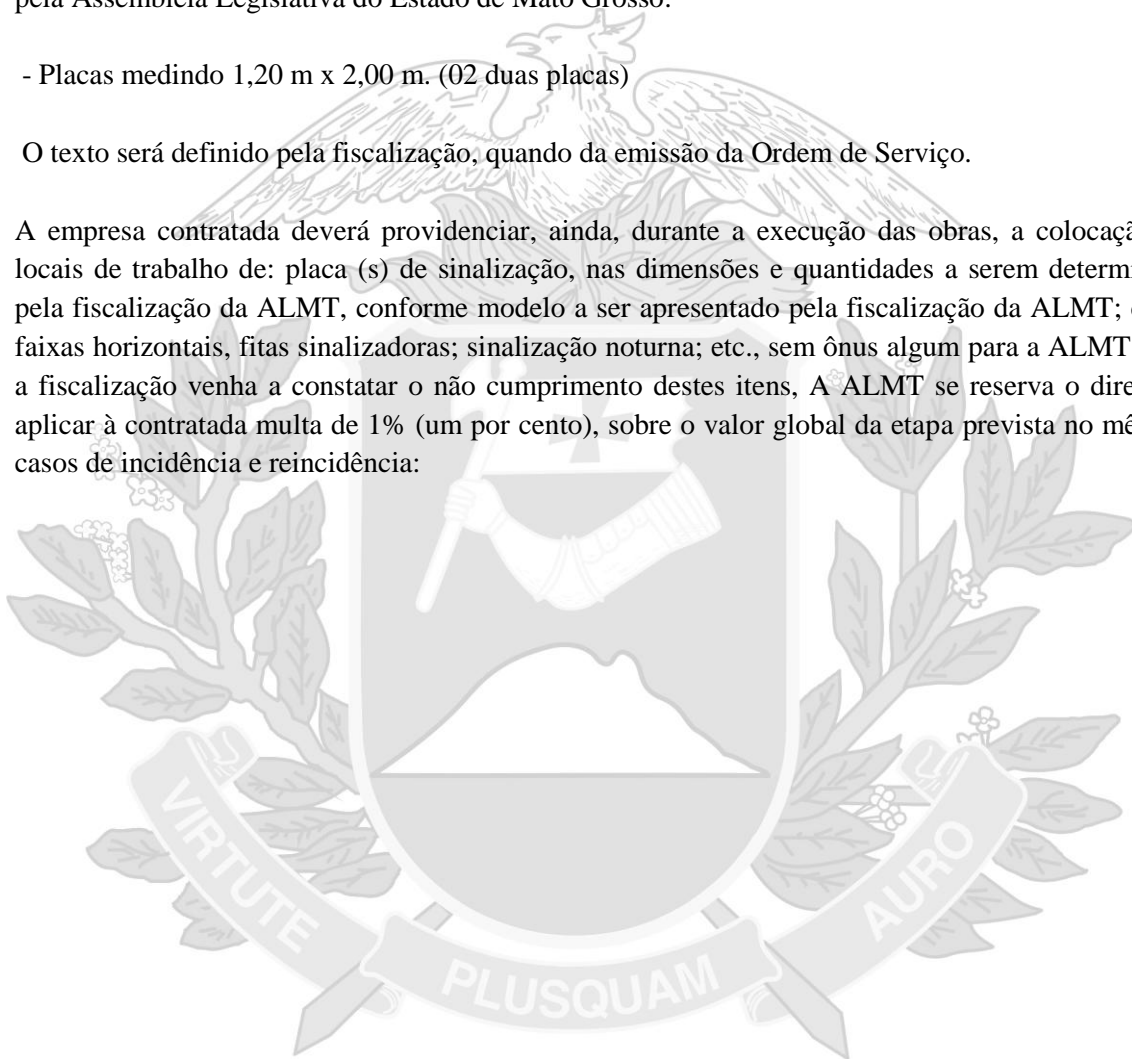
PLACA INDICATIVA DA OBRA

A empresa contratada deverá providenciar, antes do início da obra, a colocação de placa(s) indicativa(s), nas dimensões e quantidades abaixo discriminadas, conforme modelo a ser apresentado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

- Placas medindo 1,20 m x 2,00 m. (02 duas placas)

O texto será definido pela fiscalização, quando da emissão da Ordem de Serviço.

A empresa contratada deverá providenciar, ainda, durante a execução das obras, a colocação nos locais de trabalho de: placa (s) de sinalização, nas dimensões e quantidades a serem determinadas pela fiscalização da ALMT, conforme modelo a ser apresentado pela fiscalização da ALMT; cones; faixas horizontais, fitas sinalizadoras; sinalização noturna; etc., sem ônus algum para a ALMT. Caso a fiscalização venha a constatar o não cumprimento destes itens, A ALMT se reserva o direito de aplicar à contratada multa de 1% (um por cento), sobre o valor global da etapa prevista no mês, nos casos de incidência e reincidência:





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 04

ATESTADO DE VISITA TECNICA

Declaramos para fins de participação na licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2013** contratação de empreiteira para execução de obra de engenharia e construção civil (creche) nas condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob No. _____ sediada a _____, através do seu representante Sr (a). _____ CPF _____, devidamente identificado, compareceu na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e fez a vistoria no local de execução do objeto licitado.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cuiabá/MT, ____ de _____ de 2013

Nome/Assinatura do representante da ALMT

Matricula nº _____

Declaro que visitei o local de execução das obras da Concorrência Pública nº ____/____ da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e recebi todas as informações que julguei pertinentes ao caso.

Nome do representante legal da licitante

CPF Nº _____

RG Nº _____



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

ANEXO C

MODELO 01

CONDIÇÕES DE CONTRATO

O instrumento contratual a ser firmado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e a empresa ADJUDICATÁRIA será regido pelas condições expressas no presente Edital, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, o edital e seus anexos da Concorrência Pública nº 005/2013, bem como pelas estabelecidas a seguir:

1.0 REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Os serviços contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço global, pelo valor resultante da proposta da empresa CONTRATADA, quantia que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitários e globais, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a omissão de serviços necessários à completa e perfeita execução da obra, conforme definido nos respectivos projetos, sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados.

2.0 OBRIGAÇÕES

2.1 Constituem-se obrigações do CONTRATANTE:

- a) Fornecer informações e garantir acesso à CONTRATADA a toda documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas nestas Condições de Contrato;
- c) Emitir Ordem de Serviço e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA;

2.2 Constituem-se obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas e em estrita observância a legislação vigente;
- b) Obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da SINFRA-MT, tomando delas exposto conhecimento;
- c) Assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes;
- d) Providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes,
- e) Durante a execução do objeto contratado e até o seu recebimento definitivo, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- f) Comparecer, sempre que o CONTRATANTE solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, para examinar e prestar esclarecimentos sobre problemas relacionados com o objeto do Contrato.
- g) Atender a todas as solicitações de natureza técnica do CONTRATANTE relacionadas com o objeto do Contrato;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- h) Resguardar o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força do Contrato;
- i) Manter o CONTRATANTE informado, de acordo com a conveniência deste, de todos os pormenores dos serviços;
- j) Responsabilizar-se pelos serviços de controle de qualidade das obras executadas;
- k) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização;
- m) Respeitar, na execução das obras e serviços, as características ambientais da região, obrigando-se, ainda, a transportar para local apropriado, aprovado pelo CONTRATANTE, os materiais de bota-fora, entulhos e lixos de quaisquer naturezas, provenientes das obras e serviços.
- n) Garantir o acesso de veículos e pedestres às residências, quando se tratar de obras de terraplenagem, pavimentação e calçamento de vias públicas.
- o) Em atendimento as normas técnicas da ABNT e SINFRA-MT, todos os materiais, máquinas e equipamentos utilizados pela empresa contratada deverão ser de primeira qualidade.

3.0 PREÇOS

- 3.1 O(s) preço(s) unitário(s) acordado(s) poderá (ão) ser alterado(s), por reajuste, ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Artigo 65, da Lei Federal 8.666/93. Na hipótese dos valores serem originários de planilha de composição de custos, a revisão se dará sempre mediante análise das planilhas, para efetiva comprovação de alteração dos preços contratuais.
- 3.2 Caso venha ser necessária a realização de serviços adicionais não previstos originalmente, o custo global dos mesmos será definido com base nos preços unitários constantes da “Tabela de Preços Unitários” vigentes na SINFRA-MT, ou, se for o caso, o custo praticado no mercado desde que aprovado pela fiscalização da ALMT, observadas as condições da proposta da CONTRATADA.

4.0 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 Os pagamentos serão efetuados contra a apresentação das faturas correspondentes às medições dos serviços efetivamente executados nos períodos com base no cronograma físico-financeiro aprovado devidamente certificados pela COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO-ALMT na dependência, somente, da verificação e aceitação dos serviços, emitido pela fiscalização. Tais pagamentos serão efetuados exclusivamente à empresa contratada, **PROIBIDA** a cessão do crédito a terceiros.
- 4.1.1. Para pagamento da 1º (primeira) medição é obrigatório a apresentação do registro da obra no CREA e da matrícula do INSS.
- 4.2 A CONTRATADA, por ocasião do(s) faturamento(s) inerente(s) ao objeto contratado, deverá, obrigatoriamente, comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários resultantes da execução dos serviços, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária do CONTRATANTE, considerando o que dispõe o § 2º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.
- 4.3 Os pagamentos de que trata o item anterior, serão efetuados em até 10(dez) dias corridos, contados da data de aferição dos serviços por parte da fiscalização, devendo ser anexado ao “Processo de Pagamento” a seguinte documentação:
 - a) Certidão Negativa de Débitos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS referente ao mês imediatamente anterior;
 - b) Cópia autenticada das guias de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitadas;
 - c) Cópia autenticada das guias de recolhimento do FGTS, devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE, envolvidos na execução do objeto contratado;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- d) Cópia autenticada das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado;
- e) Declaração do empregador, ou do responsável pela gestão ou direção da empresa, dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados.

5.0 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 5.1 O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, a qual poderá ser representada por Moeda Corrente no País, Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária;
- 5.2 A adjudicatária, quando da assinatura do termo de contrato, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar o comprovante de formalização da garantia.
- 5.3 Quando a garantia contratual for prestada na modalidade de Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, o prazo de validade da mesma deverá perdurar até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da obra.
- 5.4 As garantias contratuais serão liberadas mediante requerimento, devidamente protocolado na Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças, após o recebimento definitivo da obra.
- 5.5 Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação do percentual sobre o valor contratual majorado.
- 5.6 A CONTRATADA perderá a garantia de execução e a garantia adicional, conforme o caso, quando:
 - a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão unilateral do termo de contrato;
 - b) Quando do não recebimento definitivo da obra;
- 5.7 Ocorrendo o previsto no item anterior, a importância correspondente à garantia de execução e da garantia adicional, se houver, serão apropriados pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

6.0 PENALIDADES

- 6.1 Às licitantes poderão ser aplicadas sanções e penalidades expressamente previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. A licitante vencedora estará sujeita às penalidades quando:
 - a) Deixar de assinar o Contrato, nos termos deste Edital;
 - b) Proceder com atraso:
 - b1) No início ou na conclusão dos serviços;
 - b2) No cumprimento do cronograma.
 - c) Dificultar os trabalhos de fiscalização dos serviços;
 - d) O objeto do contrato não for executado de acordo com as condições do Edital, do Contrato e das Normas e Especificações Técnicas.
 - e) Os serviços forem transferidos;
 - f) Inexecutar parcial ou totalmente o Contrato, importando prejuízo à ALMT;
 - g) Der causa à rescisão do Contrato.
- 6.2 Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, as sanções a serem aplicadas pela ALMT, na inadimplência das obrigações contratuais previstas no subitem anterior, são as seguintes:
 - a) Advertência;
 - b) Multa sobre o valor total do contrato, na época da infringência, nos seguintes percentuais:
 - b1) De 0,5% nos casos das alíneas (a) e (c) do subitem 6.1 deste Edital;
 - b2) De 1,0% nos casos das alíneas (d) e (e) do subitem 6.1 deste Edital;
 - b3) De 5,0% nos casos das alíneas (f) e (g) do subitem 6.1 deste Edital;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- c) Multa de 0,2%, no caso da alínea (b.1) do subitem 6.1 deste Edital, por dia de atraso, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- d) Rescisão do Contrato, no caso da alínea (b.1) do subitem 6.1 deste Edital, se o atraso for superior a 30 (trinta) dias;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com o conseqüente cancelamento do seu registro cadastral.
- 6.3 As sanções previstas nas alíneas (a), e (f) do subitem 6.2 deste Edital, poderão ser aplicadas juntamente com a das alíneas (b) (c) e (d) do subitem 6.3 deste Edital, a critério da Mesa Diretora da ALMT, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.4 A sanção estabelecida na alínea (f) do subitem 6.2 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após decorridos 02 (dois) anos de aplicação.
- 6.5 A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia do Contrato ou dos pagamentos eventualmente devidos pela ALMT, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 6.6 Os prazos acima citados serão contados a partir do expresse recebimento da notificação enviada pela licitadora à licitante vencedora.
- 6.7 Compete ao CONTRATANTE, por proposta da fiscalização, a aplicação de multas e penalidades, de acordo com a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.
- 6.8 Quando da ocorrência de infração que enseje na aplicação de multas, o CONTRATANTE emitirá notificação a CONTRATADA informando sobre a penalidade a ser aplicada, bem como os motivos que lhe deram causa.
- 6.9 Da notificação mencionada no item anterior, caberá defesa prévia por parte da CONTRATADA no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da respectiva notificação.
- 6.10 O CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, procedente ou improcedente a defesa apresentada. Se acatadas as razões da CONTRATADA, o CONTRATANTE emitirá comunicado da não aplicação da penalidade.
- 6.11 No caso de ser julgada improcedente a defesa apresentada, o CONTRATANTE emitirá nova notificação à CONTRATADA reiterando a aplicação da multa/penalidade, estabelecendo o prazo de 02 (dois) dias úteis, no caso de multa, para que a CONTRATADA recolha junto à Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças, através de Guia de Recolhimento, a importância correspondente.
- 6.12 O não recolhimento da multa dentro do prazo estabelecido dará ao CONTRATANTE o direito de descontá-la da caução e/ou medição/fatura ainda não pagas, bem como de inscrevê-la em dívida ativa do ESTADO ou de cobrá-la judicialmente.
- 7.0 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 7.1 As medições serão efetuadas de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro aprovado onde serão computados em cada uma, os serviços efetivamente realizados no período, de acordo com os procedimentos e critérios de medição utilizados pela Comissão de Fiscalização da ALMT.
- 7.2 A medição final da obra, a critério do Departamento competente, somente será liberada depois de cumpridas as seguintes formalidades:
- a) Execução, por parte da CONTRATADA, de todas as pendências da obra, identificadas pela fiscalização no termo de Recebimento Provisório das obras;
- b) Apresentação, por parte da CONTRATADA, de “As Built” , ou seja, um relatório que venha a refletir as condições finais da obra;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

8.0 PRAZO DE EXECUÇÃO

- 8.1 O objeto contratado deverá ser executado no prazo estabelecido no Termo de Contrato, observado o disposto no Edital de Licitação, obrigando-se a CONTRATADA a executar o objeto do Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Comissão de Fiscalização da ALMT.
- 8.2 O prazo de execução dos serviços será em meses contados a partir da data da respectiva Ordem de Serviço, expedida pela MESA DIRETORA DA ALMT ou quem ela designar.
- 8.3 Quando, por motivo plenamente justificado, ocorrer à suspensão do Contrato por ordem do CONTRATANTE, cessa os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação ao Contrato.
- 8.4 Qualquer eventual prorrogação do prazo de execução das obras, somente poderá ocorrer nos termos do Artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, com alterações subseqüentes.
- 8.5 Para que a CONTRATADA possa invocar fatos capazes de justificar qualquer prorrogação do prazo de execução das obras, os mesmos deverão ser comunicados ao CONTRATANTE por escrito e em tempo hábil.
- 8.6 Se a CONTRATADA deixar de fornecer justificativas sobre atraso em tempo hábil a prorrogação do prazo de execução das obras poderá não ser levada a efeito.
- 8.7 Os motivos invocados pela CONTRATADA para a prorrogação do prazo de execução serão analisados e julgados pelo CONTRATANTE. Somente após a aceitação dos motivos pelo CONTRATANTE poderá ocorrer uma eventual prorrogação do prazo de execução, mediante formalização de Termo Aditivo ao contrato, desde que preenchidos os pressupostos legais.
- 8.8 Quando o CONTRATANTE considerar necessário, por motivo plenamente justificado, antecipar a data de conclusão das obras ou prorrogá-la por mais um período, poderá vir a ser ajustado entre as partes um novo cronograma físico-financeiro correspondente ao novo prazo. Caso a CONTRATADA concorde com esta proposta, as partes ajustarão a prorrogação do prazo mediante a formalização de aditamento ao contrato, desde que preenchidos os pressupostos legais.

9.0 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1 O prazo de vigência é o estabelecido no Parágrafo Único da Cláusula Quinta do Termo de Contrato, podendo vir a ser prorrogado a critério e no interesse do CONTRATANTE.

10.0 INÍCIO DOS SERVIÇOS

- 9.2 Para início dos serviços, conforme o caso deverá a CONTRATADA providenciar:
 - a) Os respectivos Alvarás junto aos órgãos competentes;
 - b) Matrícula específica da obra junto ao INSS;
 - c) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à obra, onde deverá constar o nome e a inscrição junto ao CREA do Profissional Habilitado que atuará como Responsável Técnico, bem como a respectiva "ART" dos engenheiros responsáveis pela fiscalização dos mesmos, os quais serão indicados pela CONTRATANTE.
 - d) A CONTRATADA, por ocasião do recebimento da Ordem de Serviço, deverá apresentar, a critério da Comissão de Fiscalização da ALMT, para a execução da obra contratada, devendo nesta relação dimensionar: Mestre, Oficial, Meio-Oficial, Serventes, Técnicos de Nível Superior, etc., acompanhada de declaração formal, passada pelo representante legal da CONTRATADA, de sua disponibilidade para atuarem na execução das obras.
 - e) Caso a CONTRATADA não venha a iniciar as obras dentro do prazo de 02 (dois) dias, contados da data da Ordem de Serviço, sem que apresente justificativa plenamente aceita pela Comissão de Fiscalização da ALMT, a CONTRATANTE se reserva o direito de cancelar a Ordem de Serviço



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

expedida, com a conseqüente rescisão do contrato, fundamentada no que dispõe o Artigo 78, inciso IV, e Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores.

- f) Em ocorrendo o disposto no item anterior, o CONTRATANTE poderá vir a efetivar a contratação das obras nos termos do Artigo 24, inciso XI, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores.

11.0 CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitido a sub-empregada total das obras objeto do contrato.
- 11.2 O CONTRATANTE mediante prévia e expressa autorização passada pela **MESA DIRETORA da ALMT**, ou quem ela designar, poderá vir a autorizar a subcontratação parcial das obras contratada, somente após manifestação favorável da Comissão de Fiscalização.
- 11.3 A autorização do CONTRATANTE para a CONTRATADA subcontratar parcialmente as obras objeto do contrato, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE em decorrência do Contrato, nem importará no estabelecimento de qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o(s) subcontratado(s).

12.0 ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

- 12.1 Qualquer modificação que se faça necessária durante o andamento das obras, seja nos projetos, detalhes ou especificações, somente poderá ser feita a critério da CONTRATANTE, através da Comissão de Fiscalização, que autorizará por escrito, ficando obrigada, a CONTRATADA, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras para melhor adequação técnica, obedecidos os limites legais estabelecidos no Artigo 65, da Lei 8.666/93, com alterações posteriores.
- 12.2 Caso venha a ser necessária na obra contratada a realização de serviços adicionais não previstos originalmente, o custo global dos mesmos será definido com base nos preços unitários constantes da Tabela de Preços Unitários vigente na SINFRA-MT, ou, se for o caso, o custo praticado no mercado desde que aprovado pela Comissão de Fiscalização da ALMT proposta da CONTRATADA, formalizando o respectivo aditamento ao Contrato Primitivo.
- 12.3 No caso de acréscimo de serviços, a Ordem de Serviço Correspondente somente será expedida após a formalização do respectivo aditamento ao contrato primitivo, obedecidas às formalidades legais.
- 12.4 O pagamento dos serviços mencionados neste item obedecerá às condições estabelecidas no item 4.0 destas CONDIÇÕES DE CONTRATO.

13.0 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

- 13.1 A fiscalização da execução do objeto contratado, será feita pelo CONTRATANTE através de profissionais para esse fim designados, com responsabilidades específicas ou por empresa de consultoria especializada devidamente contratada para esse fim.
- 13.2 A supervisão dos profissionais designados para a fiscalização da execução do objeto contratado estará a cargo de Profissional Habilitado nomeados por Portaria da Mesa Diretora da ALMT.
- 13.3 A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais profissionais enviados pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, inspecionem a execução das obras, examinem os registros e documentos que considerem necessários conferir, bem como que verifiquem se estão disponíveis no canteiro das obras os veículos, máquinas e equipamentos, indicados na relação de máquinas e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE contar com a total colaboração da CONTRATADA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 13.4 A CONTRATADA deve manter no canteiro das obras o “Diário de Ocorrências” o qual deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização.
- 13.5 Qualquer serviço ou material, que apresente defeitos, vícios ou incorreções revelados durante o andamento da execução das obras, deverão ser prontamente refeitos, corrigidos, removidos, reconstruídos e/ou substituídos pela CONTRATADA, tão logo seja expedida por parte da fiscalização a respectiva notificação, livre de qualquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.
- 13.6 Quando for o caso, para início de uma nova etapa da obra, a etapa anterior, a critério da Fiscalização, deverá ser submetida à aprovação do laboratório e/ou topografia.
- 13.7 A CONTRATADA é obrigada, se for o caso, a efetuar e entregar no prazo requisitado pela fiscalização o resultado de testes, ensaios, laudos, etc. que se fizerem necessários nas obras. As despesas decorrentes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, (concreto, aço, estrutura metálica da torre e demais custos).
- 13.8 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, de um a outro, podem solicitar reuniões de gerenciamento das obras e do contrato. Quando isso vier a ocorrer a fiscalização do CONTRATANTE elaborará ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuirá cópias da mesma aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida e informada por escrito.
- 13.9 Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito. Quando se tratar de “notificação”, a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento por parte da CONTRATADA, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer co-responsabilidade.
- 13.10 A ação ou omissão da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.
- 14.0 VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
- 14.1 Obriga-se a CONTRATADA, para o bom andamento das obras, colocar à disposição das mesmas, veículos, máquinas e equipamentos adequados e necessários em quantidade e qualidade à execução do objeto do contrato.
- 14.2 Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de interditar a utilização de qualquer veículo, máquina ou equipamento que não esteja em perfeitas condições de uso ou que julgar impróprio para a execução do objeto do contrato.
- 14.3 É expressamente vedado à CONTRATADA o transporte de trabalhadores em carrocerias de caminhões, dentro do canteiro de obras ou fora dele, que não atenda as normas de segurança do trabalho e de trânsito. O transporte coletivo de trabalhadores em veículos automotores deve obedecer às normas de segurança instituídas pelo Código Nacional de Trânsito, bem como as definidas pela Norma Regulamentadora n.º 18, do Ministério do Trabalho, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária do CONTRATANTE.
- 14.4 A CONTRATADA, uma vez iniciados os serviços, somente poderá retirar equipamentos e pessoal necessários à execução dos mesmos, mediante prévia solicitação e expressa aprovação do CONTRATANTE.
- 14.5 Compete a CONTRATADA observar que veículos pesados a serem utilizados na execução dos serviços somente poderão trafegar por vias definidas pela fiscalização, sendo que as cargas e descargas de materiais de construção somente poderão ocorrer através de autorização, por escrito, da Comissão de Fiscalização da ALMT, inclusive quanto ao acesso de caminhões de dimensões e capacidade limitada de carga.
- 14.6 No caso de ser constatado pela fiscalização do CONTRATANTE, o tráfego dos veículos pesados em vias não autorizadas, a CONTRATADA será notificada e deverá recompor, às suas expensas, todo e qualquer pavimento ou calçamento que porventura venha a ser danificado em decorrência. Caso a CONTRATADA não venha a recompor os danos causados, o CONTRATANTE se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

reserva o direito de realizar os mesmos, descontando da fatura devida à CONTRATADA os valores despendidos para tal fim, ficando inclusive, a empresa, sujeita à suspensão junto ao Registro Cadastral do Estado de Mato Grosso, bem como à aplicação de demais penalidades previstas em lei.

- 14.7 Compete à CONTRATADA observar que o tráfego de veículos pesados sobre a calçada existente entre a obra e a rua deverá ser realizado através da utilização de uma proteção especial em chapa de aço. No caso da ocorrência de qualquer dano em decorrência de tal tráfego, obriga-se a CONTRATADA a repará-lo aplicando-se, para tanto, pelo CONTRATANTE o estabelecido no item anterior.

15.0 SINALIZAÇÃO DAS OBRAS

- 15.1 A CONTRATADA, por imperativo de ordem e segurança, obriga-se a prover de sinalização os locais dos serviços, colocando no local dos trabalhos, antes de seu início, tapumes, cavaletes e demais instrumentos de sinalização, bem como placas indicativas das mesmas, em local a ser indicado pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 15.2 No caso de ser constatado pelo CONTRATANTE o não atendimento ao item anterior, ficará a CONTRATADA SUJEITA à aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor global da etapa prevista no mês, nos casos de incidência e reincidência
- 15.3 Compete à CONTRATADA observar as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito no tocante à sinalização de vias públicas.

16.0 RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

- 16.1 A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto do contrato, nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis.
- 16.2 A CONTRATADA responsabiliza-se pelo bom andamento dos serviços, bem como pela execução dos mesmos, dentro da boa técnica e rigorosamente de acordo com os projetos, especificações e memoriais respectivos.
- 16.3 O CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização poderá impugnar ou interditar no todo ou em parte qualquer serviço, quando os mesmos contrariarem a boa técnica ou quando estiverem em desacordo com os projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais respectivos.
- 16.4 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução das obras contratadas, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência.

17.0 RESCISÃO

- 17.1 Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência técnica ou administrativa, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, mediante formalização do respectivo termo de rescisão do contrato.
- 17.2 O CONTRATANTE para formalização da rescisão do contrato quer pelos motivos elencados no item supra ou por outros que motivem rescisão unilateral, expedirá à CONTRATADA “notificação” onde serão expostos os motivos da rescisão contratual.
- 17.3 Após a expedição da notificação, caberá à CONTRATADA defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, sem efeito suspensivo, até que seja analisada e julgada a justificativa exposta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

- 17.4 Caso haja recusa por parte da CONTRATADA no recebimento da notificação o CONTRATANTE providenciará a devida publicação do mesmo no Diário Oficial passando, na contagem de prazo, a valer a data de publicação.
- 17.5 O CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, procedente ou improcedente os argumentos da CONTRATADA, devendo fundamentá-la e, se improcedente, procederá à lavratura do respectivo Termo de Rescisão obrigando-se expressamente a CONTRATADA, como ora o faz, a entregar o objeto do contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.
- 17.6 Se a rescisão do contrato for motivada pela CONTRATADA, a fiscalização formalizará medição dos valores dos serviços realizados até a data da emissão da notificação, deduzindo do seu total o valor correspondente à porcentagem dos serviços não realizados, o qual representa o custo adicional para o CONTRATANTE concluir as obras.
- 17.7 Ocorrendo o disposto no item supra o CONTRATANTE terá direito a aplicação de multas e penalidades previstas no contrato, bem como ao ressarcimento por prejuízos causados por descumprimento do Contrato. Se a quantia total devida ao CONTRATANTE exceder qualquer pagamento devido à CONTRATADA, a diferença será considerada um débito a ser pago ao CONTRATANTE.
- 17.8 Aplicam-se ao contrato, para as questões de inexecução e para as pendências decorrentes de rescisão, as disposições pertinentes da Lei n.º 8.666/93 com alterações posteriores.

18.0 RECEBIMENTO DAS OBRAS

- 18.1 O recebimento provisório das obras será promovido pelo CONTRATANTE mediante a designação de uma Comissão composta por profissionais devidamente habilitados, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação, por escrito, da CONTRATADA, informando a conclusão das obras.
- 18.2 Em sendo constatado pela Comissão de Recebimento Provisório, falhas e defeitos construtivos, bem como serviços executados sem a observância do indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, a Comissão fará constar tais aspectos no Termo de Recebimento Provisório, passando a ser contado a partir da data do mesmo, o prazo de 90 (noventa) dias corridos destinados, para a realização por parte da CONTRATADA, dos reparos e defeitos indicados, e conseqüente Recebimento Definitivo das obras, conforme disposto no Artigo 73 da Lei n.º 8666/93 com alterações subseqüentes, permanecendo para todos os efeitos legais a responsabilidade decorrente de Lei.
- 18.3 Decorrido o prazo de observação e de correção de defeitos o CONTRATANTE, mediante a designação de uma Comissão composta por profissionais devidamente habilitados efetuará a verificação e vistoria das obras para o Recebimento Definitivo das mesmas. Em sendo constatado que os serviços foram executados em observância com o indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, bem como que as falhas e defeitos construtivos foram devidamente corrigidos, a Comissão emitirá o correspondente Termo de Recebimento Definitivo da obra, passando a mesma a ser considerado recebido definitivamente nos termos do Artigo 73, da Lei n.º 8666/93 com alterações subseqüentes, permanecendo para todos os efeitos legais a responsabilidade decorrente de Lei.
- 18.4 Para o recebimento definitivo das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente à **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALMT**, a Certidão Negativa de Débito – CND perante o INSS e, se for o caso, também o “Certificado de Vistoria e Conclusão da Obra – CVCO” expedido pela **FISCALIZAÇÃO**.
- 18.5 Caso a CONTRATADA execute serviços sem a observância do indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, ou não venha a cumprir com o circunstanciado no Termo de Recebimento Provisório quanto à execução de reparos e defeitos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber a obra definitivamente, respondendo a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

CONTRATADA pelas penalidades definidas nestas Condições de Contrato, bem como pelas estabelecidas pela Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

- 18.6 Somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE a pedido da CONTRATADA, emitirá a correspondente “Certidão” certificando a execução das obras contratadas.

19.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Quando o prazo de execução do objeto contratado for superior a 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA tenha sua sede em outro Município, a mesma terá que providenciar a instalação, em Cuiabá, de escritório com capacidade técnica, jurídica e administrativa, para manter todos os entendimentos que se fizerem necessários entre ela e o CONTRATANTE.
- 19.2 Estas “CONDIÇÕES DE CONTRATO” constituem-se em ANEXO do Edital de Concorrência n.º **02/2010** e farão parte integrante do Termo de Contrato a vir a ser firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como se nele estivessem integral e expressamente reproduzida, tendo a CONTRATADA expressado sua plena concordância de todos os seus termos através de documento juntado ao processo de licitação.
- 19.3 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.
- 19.4 A assinatura do contrato, ficará condicionado a prévia homologação e adjudicação do processo licitatório.

Cuiabá/MT, 30 de janeiro de 2014.

AGENOR FRANCISCO BOMBASSARO
Superintendente de Licitação





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 02

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO N.º. _____/2013

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 005/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS MESA DIRETORA DA ALMT E A EMPRESA _____, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESPEAÇO FISICO.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e dez, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.929.049/001-11, com sede na Av. André Antônio Maggi, Lote 6, S/N.º Bairro CPA, Ed. Gov. Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo **Presidente Deputado _____, e o Primeiro Secretário, Deputado _____**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, estabelecida na _____, vencedora da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 005/2010**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por _____, RG n.º _____ e CPF n.º _____, tendo em vista o contido no Processo **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 005/2013** acordam firmar o presente contrato, obedecidas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos de Concorrência Pública n.º **005/2013** e as condições expressas na Lei n.º 8.666/93, e alterações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Obriga-se a **CONTRATADA** a executar as obras do _____ (DESCRIÇÃO DO QUE SERÁ CONTRATADO) _____, de conformidade com as especificações e quantidades de serviços constantes das planilhas orçamentárias e respectivos projetos, obedecidas as condições constantes do Edital de Concorrência n.º **005/2013**, o qual, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, datada de ____/____/____, e as Condições de Contrato expressas no **MODELO 01 ANEXO C** do referido Edital, passam a fazer parte deste Contrato como se nele estivessem integral e expressamente reproduzidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente instrumento contratual será regido pelas “**CONDIÇÕES DE CONTRATO**” expressas no **MODELO 01 ANEXO C**, do Edital de Concorrência Pública n.º **005/2013**, bem como pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os serviços ora contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço global, no valor de R\$ _____ (_____), quantia esta que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitários e globais, de todos os materiais e mão de obra necessários, conforme definido nos respectivos projetos,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados, observadas as condições expressas nas “CONDIÇÕES DE CONTRATO”, que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrá (ão) à(s) conta(s) da(s) dotação (es) orçamentária(s) abaixo discriminada(s), correspondente a:

	NÚMERO	HISTÓRICO
PROJETO ATIVIDADE		
ELEMENTO DE DESPESA		
FONTE		

CLÁUSULA QUINTA

O objeto contratado deverá ser executado no prazo máximo de 12 (**doze**) meses, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço, expedida pela **MESA DIRETORA da ALMT**, ou quem ela designar.

Parágrafo Único

O prazo de vigência do presente contrato será de **16 (dezesseis)** meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

Por ocasião da assinatura do presente contrato, a CONTRATADA depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$... (...), correspondente a 2% (dois por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o Foro da Cidade de Cuiabá, Capital do Estado do Mato Grosso, para as ações que porventura decorram do presente contrato, não obstante qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem acordes, foi lavrado este instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Cuiabá-MT, de de 2013.

CONTRATANTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO	
CONTRATADA	Representante Legal
TESTEMUNHA: NOME: RG N°.: CPF N°.: ASSINATURA:.....	TESTEMUNHA: NOME: RG N°.: CPF N°.: ASSINATURA:.....



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

MODELO 03

MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO DO TERMO DE CONTRATO

ORDEM DE SERVIÇO n° ____	
Licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 005/2013 CI XXXXX	
O 1º SECRETÁRIO, da ALMT, no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA a empresa abaixo indicada a executar as obras e/ou serviços a seguir descritos, obedecidas às especificações e quantidades de serviços constantes da(s) planilha(s) orçamentária(s) e projetos respectivos, bem como em conformidade com as especificações constantes da Concorrência em referência o qual, juntamente com a Proposta e as Condições de Contrato expressas no Anexo C do referido Edital de Licitação, passam a fazer parte desta Ordem de Serviço:	
Objeto: Execução das obras de	
Empresa:	
CNPJ n°:	
Valor da Contratação: Os serviços ora contratados serão executados pelo preço global de R\$ (.....).	
Condições de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados por medição de serviços efetivamente executados, de acordo com as condições contidas nas “Condições de Contrato” expressas no Anexo C do Edital de Licitação, que passam a fazer parte desta Ordem de Serviço como se nele estivessem expressamente reproduzidas.	
Prazo: O objeto contratado deverá ser executado no prazo de ____ meses	
Dotação Orçamentária n°:	Nota de Empenho n°:
Acompanhamento/Fiscalização: (Nome do Engenheiro e Número de Registro no CREA)	
Cuiabá ____ / ____ / ____	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

ANEXO D

**MODELO 01
PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS DAS OBRAS E SERVIÇOS**

(anexar a planilha)





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

“Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade”.

**MODELO 02
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO BÁSICO**

(a critério do proponente)

